

346

N.º 34/Fevereiro de 1979/30 esc.

25 de Abril

COMUNIDADE PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração



Moita Pinto
entrevistado por «A Capa»
O Correi dos anos dois
Miguel Torga homenageado
Declaração dos Direitos da Criança



ISSN 0025-5488
FRANCA 4 PÓDIA 2 DM/55 LCA 2 F5/INCL 50 P/100... 2 FES

SUPLEMENTO A OBRA DE MESTRE MALHOA

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste) (Todos os dias) (Oeste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16		
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30		(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
					19.30-20.15	15 340 17 880	19 16	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495 15 125	13 19
				(Domingos)		13.30-14.00	21 495	13
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	20.15-21.00	15 125	19		
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	14.30-18.00	21 700	13		
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16
						Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840
					(Domingos)		14.30-18.00	21 700 15 125
					22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	



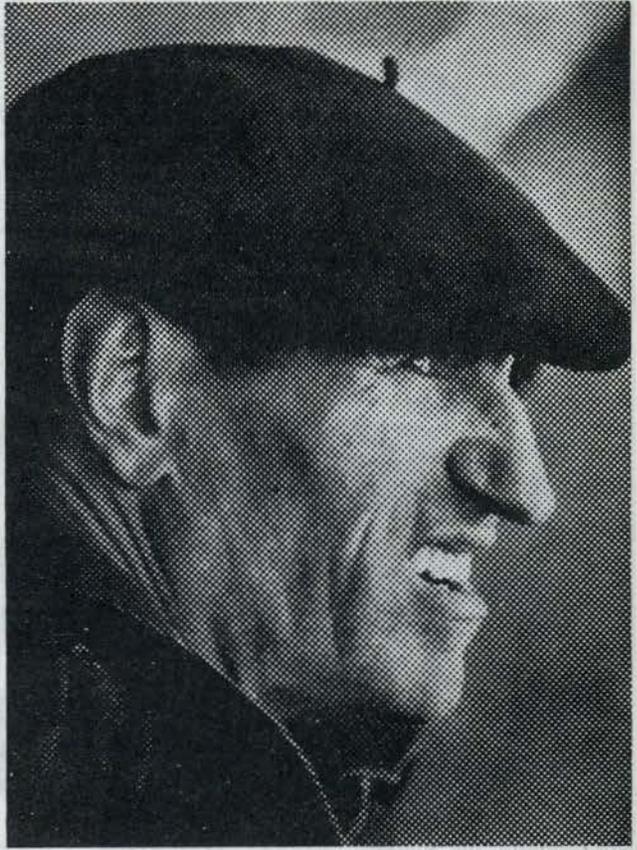
Capa:

Montagem a partir de uma fotografia retratando mestre José Malhoa — quando executava, ao ar livre, um dos seus últimos trabalhos — e da reprodução de «O Fados», um dos mais célebres quadros do artista.

O suplemento sobre a obra de José Malhoa, que publicamos neste número, teve a colaboração do Museu de José Malhoa (Caldas da Rainha) e do Museu Nacional de Arte Contemporânea (Lisboa). Queremos agradecer todo o apoio técnico e documental que nos foi prestado pelas Dr.ªs Maria Teresa Seabra Cancela (MNAC) e Matilde Tomás do Couto (MJM), e pelos Estúdios Mário Novais (Lisboa).

Colaboração fotográfica:

Agência ANOP; «A Capital»; Correios de Portugal; «Diário de Notícias»; Estúdios Mário Novais; Instituto Português de Cinema; Museu de José Malhoa e Museu Nacional de Arte Contemporânea.



**Miguel Torga:
50 anos de vida literária**

«(...) E aqui estou, a contemplar a minha condição de letrado e a perguntar a mim mesmo se através de um simples verso do nosso Parnaso, como um camponês através de uma alheira do seu fumeiro, fui capaz de assumir toda uma ancestralidade civilizacional; se, ao ler uma página da História Trágico-Marítima, ela desencadeou no meu espírito a vivência de uma trajectória cultural em que o génio da lingua se reconheça nos sucessivos elos da cadeia». Este um significativo extracto da alocução que Miguel Torga pronunciou durante a sessão em que foi publicamente homenageado pela passagem do 50.º aniversário da sua actividade de escritor e poeta, e que constitui um dos temas em destaque neste número.

**PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

Direcção
Manuel Árias
Director do Serviço
de Informação e Apoio Cultural

Edição
Serviço de
Informação e Apoio Cultural

Sede
Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1300 Lisboa - Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão
Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA
Commission paritaire n.º 3331 P

Sede
Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição
França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços
França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

ANO XI (2) N.º 3615 - 1979 - QUINTA-FEIRA, 4 DE JANEIRO - PREÇO 7850

A CAPITAL

Director: FRANCISCO DE SOUSA TAVARES
Director-adjunto: RODOLFO IRIARTE

PROPRIEDADE: C.P.M.C. - EMP. POR. DOS JORNALIS MÓDICA E CAPITALITE, 88 PÓD. DA CIDADE, 58 - LISBOA 3 - TEL. 22014/20208 - FAX: 22014/20208 - TELEGR. ACPAPTEL * TELEF. 2208

AS FOTOS DO ANO

Os grandes acontecimentos internacionais constituem o tema do destacável que hoje publicamos, o qual tem o patrocínio exclusivo da Comissão Regional de Turismo do Algarve (DESTACÁVEL DE 12 PÁGINAS)

MOTA PINTO A "A CAPITAL"



O PAÍS TEM ÂNSIA DE ACÇÃO E NÃO PERDOARÁ SE LHA NÃO SATISFIZERMOS

Entrevista de FRANCISCO DE SOUSA TAVARES

FIRMEMENTE decidido a levar a cabo as tarefas de recuperação do País, que pesam sobre os seus ombros e os dos membros do seu Governo — eis como se revela o Primeiro-Ministro, Mota Pinto, na entrevista que concedeu ao director de «A Capital». Partindo-se por uma conduta realista e reformista sem demora, a acção do executivo que chefa, o prof. Carlos Alberto Aguiar, que o seu é um Governo de apertadários, que é realista nos termos que indicou. O quarto D. Carlos Aguiar, ambiciona, nem exige, que lhe batam a sua acção, para o que não exige, é necessário.

Foto de FERNANDO FIGUEIRO
«Como pusei que não se calarem nos sacrifícios»

EMBAIXADOR EM TEERÃO

"CONTACTO COM MANTIDO EM

0 avião

PRIMEIRO- -MINISTRO ENTREVISTADO POR «A CAPITAL»

O Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto, em entrevista concedida ao vespertino «A Capital», abordou questões de grande importância para a vida nacional, nomeadamente as relações entre o Executivo que chefia e a Assembleia da República, a revisão constitucional, o acordo com o Fundo Monetário Internacional, a entrada no Mercado Comum, o problema da habitação e a crise no sector das pescas. Acentuando ser possível «emprender uma relativa regeneração da vida económica, social e política portuguesa», Mota Pinto afirmou, a dado passo, que estava firmemente decidido a levar a cabo as tarefas da Reconstrução do País, através de uma conduta realista e reformista. Apresentamos, a seguir, algumas passagens dessa entrevista a «A Capital» — a primeira a ser concedida pelo Primeiro-Ministro a um órgão da imprensa portuguesa, após a entrada em funções do IV Governo Constitucional.

Em resposta à primeira pergunta formulada por Francisco de Sousa Tavares, director de «A Capital», sobre as relações entre o Governo e a Assembleia da República e a possibilidade de uma verdadeira acção governamental, o Primeiro-Ministro recordou as linhas de força do programa governamental e enumerou os seus objectivos básicos: «Tentar promover

uma política de aumento da produção e mais globalmente de desenvolvimento, pressuposto realista e imprescindível de uma efectiva justiça social, que é também outro objectivo da acção governativa; procurar realizar no quotidiano a ideia do Estado de direito democrático; contribuir para um revigoramento da consciência da identidade nacional».

Mota Pinto apontou em seguida os meios adequados para alcançar estes objectivos — «uma política económica realista, não demagógica, de cunho reformista (...), uma política de começo de ataque dos males que enferma a nossa vida económica» — e acrescentou ainda um outro meio, este situado no plano estritamente político: «Dentro do respeito pela legalidade e pelos direitos fundamentais dos cidadãos, criar a ideia de que a soberania dos órgãos de Estado é uma componente indispensável da vida democrática».

A propósito do necessário reforço da consciência da identidade nacional, o Primeiro-Ministro especificou que o IV Governo pretende «por uma acção adequada na educação (por exemplo, currículos e programas escolares), nas acções de extensão escolar, na difusão cultural junto dos emigrantes, na política externa, etc., contribuir para uma reforço saudável do sentimento nacional, pondo em relevo designadamente os valores vitais, humanos,

sociais e culturais do povo português, na sua trajectória histórica».

Manter contactos com as forças políticas

Prosseguindo esta entrevista, Sousa Tavares interrogou Mota Pinto sobre a possibilidade de se executar um programa de fundo como o que acabara de apresentar, nas suas linhas gerais, com um Governo apenas tolerado e não apoiado claramente pela Assembleia da República, tendo o Primeiro-Ministro respondido, designadamente, o seguinte: «Este Governo vai manter, de uma forma regular, contactos com as forças políticas representadas na Assembleia e, em particular, com as forças que não tomaram uma atitude inviabilizadora da sua existência. Nestes contactos muitos equívocos se poderão desfazer, muitas arestas se podem arredondar, muitos falsos problemas se poderão atalhar antes de se agudizarem (...). «Porque fomos investidos nesta função», continuou Mota Pinto, «estamos decididos a assumi-la, seja qual for o seu peso. Quais são as condições que eventualmente poderiam conduzir a uma cessação de actividades do Governo? Está implícito na sua pergunta. Responder-lhe-ei: desde logo os mecanismos constitucionais. Ou nós tomamos a iniciativa de solicitar um voto de confiança, o que não constitui objecto de nenhum compro-

DAR CONFIANÇA AO SECTOR PRIVADO RACIONALIZAR O SECTOR PÚBLICO

partidários, mas, porém, é um dado e, a favor deste dado, a proporcionalidade não ajuda a resolver os problemas. Certo que este é o aspecto mais importante.

— Em linguagem muito simples: se o seu Governo tiver de se ir embora, que consegue fazer a transição de poder para o novo Governo?

misso assumido, ou há dois votos de censura, intervalados de um mês, aprovados pela Assembleia, ou o senhor Presidente da República toma a iniciativa de exonerar o Governo».

«A Lei Eleitoral é um diploma vasto»

Uma outra questão abordada — a lei eleitoral recentemente vetada pelo Presidente da República —, mereceu a Mota Pinto este comentário: «A lei eleitoral é um diploma vasto e portanto com muitos aspectos. Um aspecto que está certamente subjacente à sua pergunta é o da regra de proporcionalidade. Esta regra tem assento constitucional. Não é apenas uma regra de legislação ordinária. É bem sabido que o sistema proporcional conduz a uma certa fragmentação em numerosos grupos parlamentares. Entre nós, aliás, essa fragmentação não atingiu, verdade se diga, os extremos de uma pulverização, apesar de não haver entre nós regras como a famosa regra dos 5 por cento que os alemães têm para impedir a proliferação de pequenos partidos. O que se verifica é que se torna difícil o aparecimento de uma força com maioria que assegure apoio estável e coerente a uma acção governativa (...). Outro aspecto é o da origem das candidaturas ser só a iniciativa dos partidos ou poder ser também outra. É claro que a possibilidade de candidaturas por grupos de independentes ou por associações, e não só por partidos — a não monopolização partidária da iniciativa na proposição das candidaturas — é a solução

que corresponde aos corolários mais completos da ideia democrática».

A revisão constitucional

Ao referir-se à preparação da revisão constitucional, o Primeiro-Ministro acentuaria: «Para ser realista eu tenho de dizer que se algum papel desempenharmos — e não se trata aqui de um intento deliberado, poderá ser um resultado — não é um papel directo, mas é um papel indirecto. Porquê? Quem vai ter a responsabilidade da revisão constitucional será a Assembleia a eleger (...) Será a A.R. com poderes constituintes que irá decidir o problema. E, portanto, serão os deputados que lá estiverem, e os partidos com os seus projectos quem irá ter um papel decisivo e, naturalmente, o povo português ao dar a sua preferência a este ou aquele projecto».



O Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, ao ser entrevistado pelo director de «A Capital», dr. Francisco Sousa Tavares (à direita)

O acordo com o FMI

O director de «A Capital» interrogaria depois Mota Pinto a propósito do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo o Primeiro-Ministro respondido que «o acordo com o FMI pode ser visto por dois ângulos». E acrescentou: «Por um lado, ele corresponde a uma necessidade de obter uma espécie de certificado de credibilidade na esfera das relações financeiras internacionais. As coisas são o que são. Para obter crédito externo foi necessário esse certificado de credibilidade. Era necessário — e é — crédito externo, para cobrir o défice da balança de pagamentos correntes (...). Há ainda outro ângulo a considerar. Qual é o conteúdo do acordo e da carta de intenções ao Fundo. Ora os pontos acordados — e não foi este Governo que escreveu a carta de intenções

COM O...
 ou até da sobrevivência das espécies...
 rios e suas regiões circundantes é, para nós, um...
 pertence à nossa concepção da vida e do desenvolvimento

NÃO PRETENDEMOS QUE NOS BATAM PALMAS BASTA QUE NOS DEIXEM EXERCER A NOSSA ACCÇÃO

voia...
 inda...
 ção...
 balca...
 S...
 tenáv...
 para a...
 lanca...
 contrib...
 que os...
 já se...
 regres...
 de dir...
 O...
 a nor...
 Eu er...
 derá l...
 dóre...
 possa...
 foi in...
 conc...
 teme...
 dade...
 e os...
 merç...
 isso...
 diais...
 de cap...
 tivida...
 No...
 etc., p...
 infra-...
 las...
 que...
 hor...

O Governo tem consciência dos problemas concretos que põe. Pôe só dizer-lhe que em Conselho de Ministros, recentemente reunido, esse problema foi lido com muita atenção e o Ministério dos...

— A política de desenvolvimento continuará assente em projectos grandiosos e altamente discutíveis e que arrastem honrosamente a Nação, como Sines, Alqueva, a baixa do Mondego, etc.



necessidade de adaptar a nossa economia às condições europeias de mercado, o Primeiro-Ministro respondeu que o «equilíbrio no domínio económico» era uma questão prioritária, sendo «necessário que uma série de pontos ambíguos e bloqueadores de uma economia saudável sejam esclarecidos». «A nossa economia», disse ainda Mota Pinto, «é, nos termos constitucionais, uma economia de duplo sector-público (estatal e cooperativo) e privado — mas deve ser uma economia em que não haja privilégios para qualquer empresa ou sector, mesmo de natureza pública, privilégios agressivos para os outros operadores económicos. Deve ser uma economia onde se cumpram leis que já foram aprovadas, mas cuja execução tem estado demorada (como a lei das indemnizações, a lei da reforma agrária, a lei delimitadora dos sectores público e privado) e uma série de outras medidas que podem prestigiar o sector público, o qual tem um papel importante no sistema económico que o Mercado Comum conhece».

O problema da habitação e a crise nas pescas

Nesta longa entrevista foram ainda abordados outros problemas de particular importância para a economia nacional. Depois de se ter referido ao sector público, «cuja actuação tem sido bastante deficiente» no que diz respeito ao problema da habitação, conforme sublinhou, Mota Pinto pronunciou-se sobre várias

questões com a actividade das empresas privadas do sector, afirmando a dado passo: «O Governo tem dois instrumentos fundamentais de actuação. O primeiro é uma política de terrenos, de crédito e fiscal, que possa ser associada com uma política de rendas condicionadas. O outro instrumento, este ligado, digamos, a um esquema não já de rendas condicionadas, será uma revisão da legislação relativa ao inquilinato e em particular às rendas de casa».

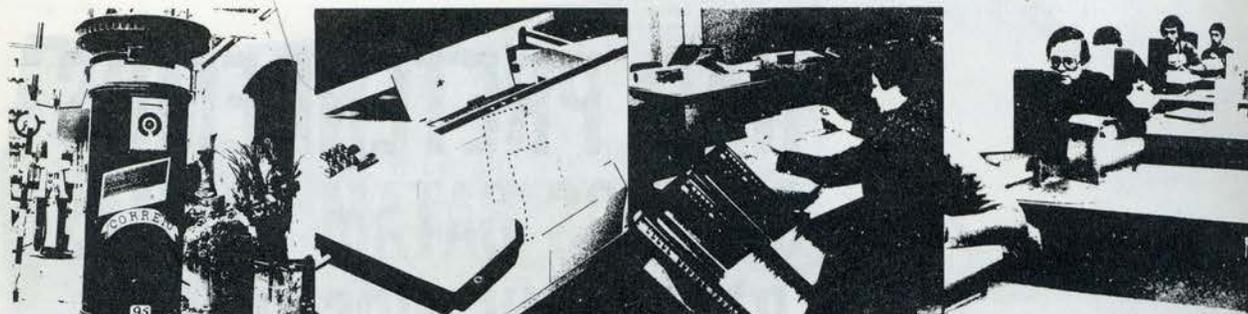
Referindo-se, mais adiante, à situação existente no sector das pescas, o Primeiro-Ministro disse: «Esse problema é de grande importância. As pescas devem constituir um campo com uma contribuição fundamental para a economia portuguesa e as 200 milhas marítimas, que definem a zona económica exclusiva, fornecem um elemento decisivo para a criação de um programa nacional de pescas, cuja conclusão está a ser estimulada no Ministério da Agricultura e Pescas».

A terminar, o prof. Mota Pinto falou sobre os grandes projectos de Sines e de Alqueva, anunciando, quanto ao primeiro, que o Conselho de Ministros decidira esperar pelo relatório da comissão de inquérito, relativo aos estragos verificados no molhe, para tomar, muito proximamente, uma decisão global. Sobre o caso do Alqueva, o Primeiro-Ministro considerou que «os dados do problema são muito diferentes», pelo que, «neste caso, a decisão que se tomar, será uma decisão de raiz, uma decisão muito mais livre».

ou fez o acordo — em matéria de «plafonds» de crédito, de limites para o défice orçamental e para o défice da balança de pagamentos correntes, são métodos clássicos de luta contra a inflação, de defesa das reservas de ouro e divisas e de incitamento a uma actuação produtiva em vez de uma actuação imponderadamente consumidora. Este Governo introduziu nesta matéria uma nota específica, que é a de, nesse corredor estreito, acentuar ao máximo uma perspectiva e uma orientação desenvolvimentista, em vez de caminhar com um espírito pessimista e concentracionista».

A entrada no Mercado Comum

...A pergunta sobre a preparação política que antecede a nossa eventual entrada no Mercado Comum e sobre a correspondente



No passado mês de Janeiro, e com manifesto interesse dos utentes, entrou em vigor o novo Código Postal que permitirá a mecanização dos serviços de correio. O novo sistema que já se pratica em quase todos os países da Europa e em outras partes do mundo, sendo já conhecido pela maior parte dos portugueses residentes no estrangeiro, visa racionalizar a distribuição da correspondência que circula entre os três milhões e 700 mil domicílios existentes no País, e ainda reduzir os custos de produção da empresa pública CTT.

Nos primeiros dias de Janeiro, iniciou-se a operação de lançamento do novo Código Postal que se insere na renovação dos processos de gestão e de métodos de trabalho dos Serviços Postais portugueses e tem como objectivo último «abrir as portas» àquilo que, segundo se prevê, será o correio do ano dois mil.

As razões de ordem económica e de ordem operacional que estão na base desta decisão, relacionam-se com a grande quantidade de objectos postais — dois milhões de cartas distribuídas diariamente — que são tratados pela empresa e exigem muitas operações, a maior parte delas feitas manualmente.

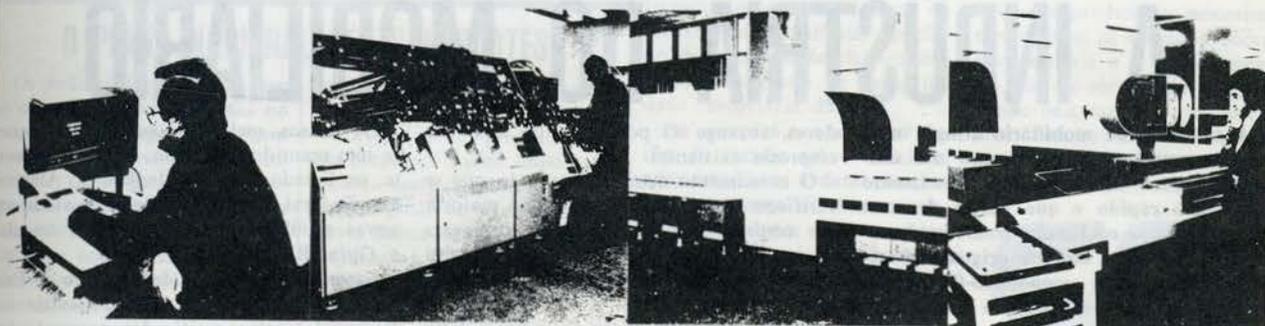
A mecanização dos serviços, estende-se às seguintes áreas:

— preparação das cartas, em que além do equipamento utilizado habitualmente, serão empregues cinco máquinas SFO (separadoras-faceadoras-obliteratedoras) para separar as cartas, colocar a face de cada um para cima e carimbar o selo;

— indexação, onde serão utilizados dois tipos de equipamento (de indexação e de video-codificação) para permitir a leitura e a divisão automática da correspondência;

— divisão da correspondência, a operar por uma máquina que alcança um ritmo de 25 mil cartas por hora, lendo o código impresso anteriormente em barras fluorescentes e dividindo o correio pelas localidades a que se destina.

O CORREIO DO ANO DOIS MIL



O que é o Código Postal

O novo Código Postal é, muito simplesmente, um sistema que visa facilitar a identificação do centro distribuidor de correio a que a carta é destinada, através de um número convencional previamente estabelecido. A partir de agora, esse número de quatro algarismos passa a fazer parte da direcção, tal como o nome da rua, o número da porta e a localidade. Esse número de código escrever-se-á antes do nome da localidade a que a carta se destina e do nome da localidade de onde é remetida.

Para alcançar este objectivo, o País foi dividido em nove zonas que incluem os Açores e a Madeira. O primeiro número do código corresponde a uma dessas nove zonas, e os outros dois números seguintes indicam o concelho onde está instalado o Centro de Distribuição Postal (CDP).

A Lisboa e Porto, destino principal dos quase dois milhões de objectos postais que os CTT movimentam diariamente, foi atribuído um código um pouco diferente: aquelas cidades foram divididas em zonas identificadas com números fáceis de decorar e de indexação simples. Lisboa, por exemplo, que movimenta um milhão de cartas por dia, será identificada pelo algarismo 1, e como está dividida em 10 zonas, o seu código poderá variar entre 1000 e 1900.

A utilidade do novo sistema

A possibilidade que o novo sistema oferece, de manusear, no curto espaço de quatro horas, um total de cerca de dois milhões de cartas, trará grandes vantagens para o público que utiliza os serviços dos correios. Paralelamente, os trabalhadores da empresa verão as suas tarefas facilitadas, resultando daí uma maior rapidez nas operações de encaminhamento da correspondência e a certeza para o público de que as suas cartas chegarão mais cedo aos respectivos destinos. Além disso, estas

vantagens permitirão ainda que a empresa consiga uma exploração mais rentável, pois, como é do conhecimento público, os serviços dos correios são altamente deficitários.

Os portugueses têm agora todo o ano de 1979 para se adaptar ao uso do novo código postal. A correspondência com a direcção «escrita à antiga», não sofrerá, por enquanto, atrasos em relação à que utilizar o novo código desde já.

As centrais automáticas

Para que este novo sistema alcance a eficácia prevista, a mecanização das tarefas é indispensável. Por tal motivo se montou no Porto a primeira central de distribuição semi-automática de correspondência, estando programado que em meados do corrente ano entre em funcionamento a de Lisboa (em Cabo Ruivo, onde está a ser construída uma central totalmente nova) e no começo do ano que vem a de Coimbra.

Resta ainda acrescentar que o projecto do novo código surge na continuação de uma regra adoptada pela empresa em 1973, a qual impunha o uso de sobrescritos de tamanho normalizado, e que o seu lançamento foi preparado por reuniões de esclarecimento com os 40 mil trabalhadores dos CTT e através de muitas acções de propaganda através da distribuição de

cartazes e autocolantes e de anúncios na imprensa, rádio e televisão.

O investimento total, que inclui a compra do equipamento a uma empresa francesa escolhida em concurso internacional e a formação de pessoal, ronda os 250 mil contos.

Novo terminal ferroviário-postal

A modernização abrangerá ainda a construção do já referido novo terminal ferroviário-postal de Lisboa, na zona de Beirolos (Cabo Ruivo), empreendimento com uma área aproximada de 40 mil metros quadrados.

Esse terminal de Beirolos disporá de um ramal ferroviário próprio com estacionamento de carruagens e permitirá abandonar a gare de St.ª Apolónia, onde a carga e descarga se faz precariamente.

Com esta modernização, a rede primária de transportes postais poderá ter maior produtividade, com uma consequente redução do esforço físico dos trabalhadores. Para isso, concorrerá ainda a apreciável aproximação da futura Estação Central de Correios (em Cabo Ruivo) e das novas instalações dos Transportes Postais, em Pinheiro de Fora. Neste local ficará instalado o parque de estacionamento para uma frota de 200 veículos, as oficinas, a estação de serviço e os escritórios dos Transportes Postais de Lisboa ■



CÓDIGO POSTAL
meio caminho andado

A INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO

A indústria de mobiliário atingiu uma fase de grande desenvolvimento nos últimos tempos. Contudo, esse crescimento demasiado rápido e que partiu de uma indústria quase confinada, tradicionalmente, ao artesanato, está na origem das actuais dificuldades económico-financeiras sentidas pelas empresas do ramo. Ao mesmo tempo, porém, e fruto dessa expansão, aumentaram as exportações de mobiliário e diminuíram as importações.



Um dos sectores industriais mais em foco, ultimamente, é o do mobiliário, que engloba as actividades de produção de móveis domésticos, escolares, de escritório, recintos para espectáculos, estabelecimentos comerciais e ainda madeiras para construção e outros fins. Para comprovar o facto, basta lembrar os certames ultimamente realizados e que não só chamaram a atenção do público para a modernização do sector, como também evidenciaram o bom gosto, a criatividade e a perfeição executiva atingida nos anos mais recentes.

Evolução do sector

A produção de mobiliário tem crescido de modo significativo e regular nos últimos anos e o seu valor total passou de 900 mil contos em 1971, para mais de três milhões em 1975 e quase 4,5 milhões de contos em 1976.

Esta evolução poderia ter sido ainda mais relevante, se não se verificasse uma grande dispersão e reduzidas dimensões nas unidades de produção do sector. Realmente, as fábricas, cerca de 770 em fins de 1976, empregando um conjunto de cerca de 30 mil trabalhadores, concentravam-se em vários distritos (Lisboa, Santarém e Aveiro), mas a grande maioria situava-se sobretudo em Braga e no Porto, zonas estas que detêm 60 por cento do total das empresas. Quanto à dimensão das unidades fabris, acrescente-se que a pequena empresa, com menos de quatro trabalha-

dores, abrange 43 por cento do total das empresas existentes.

O crescimento demasiado rápido que se verificou teve efeitos negativos na maioria das empresas, apontando-se como causas da instável situação económico-financeira as seguintes: a falta de capitais próprios, que obriga a recorrer a capitais alheios onerados com altas taxas de juros; a falta de uma organização comercial impulsivadora que corrija a deficiente organização e gestão das empresas; e, por fim, a deficiente formação profissional do pessoal e a decrescente taxa de vendas, resultante da descida do poder de compra.

Exportação/Importação

A exportação dos bens produzidos neste sector tem registado um crescimento irregular, mas tudo indica que se estabilizará num futuro próximo. Assim, o valor exportado desceu de 43 mil contos (em 1971) para 28 mil (em 1972) e 39 mil (em 1976) subindo para 71 mil contos em 1977.

Quanto à importação, deu-se o fenómeno inverso: tendo subido de 1971 a 1974 (de 78 mil para 275 mil contos), os valores diminuíram apreciavelmente em 1976 e 1977 (para 185 mil e 134 mil contos, respectivamente).

Os indicadores das trocas comerciais do mobiliário de madeira confirmam esta melhoria: em 1977, a exportação ultrapassou os 34 mil contos (um aumento de 19 mil contos em relação ao ano anterior) e as importações desceram de 49 mil contos em 1976, para 26 mil contos em 1977.

Os nossos melhores compradores, que se têm mantido na tabela, são, actualmente, os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Federal, França e Bélgica, e ainda as novas repúblicas de Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau.

Entretanto, o Fundo de Fomento de Exportação tem-se esforçado por evitar os estrangulamentos verificados na produção e comercialização dos produtos, desenvolvendo actividades que proporcionam condições para as empresas superarem algumas das dificuldades atrás mencionadas.

Para implantar os nossos móveis nos Estados Unidos, um grupo de vinte e uma empresas, responsáveis por metade da produção nacional, constituíram-se em sociedade comercial e vão exportar conjuntamente para aquele país. A nova sociedade (denominada IMP — Comércio de Mobiliário de Portugal) concretizou uma política de exportação que, individualmente, as empresas não conseguiam praticar e instalou-se já nos Estados Unidos, através de uma rede comercial própria, para importação e exportação de mobiliário dos seus associados e de artigos complementares.

Segundo o contrato assinado entre o Fundo de Fomento de Exportação e a IMP, esta sociedade propõe-se alcançar as seguintes metas no mercado americano: um milhão de dólares em 1979, 2,5 milhões em 1980 e 3,5 milhões de dólares em 1981.

Um outro acordo foi também assinado entre o Fundo de Fomento de Exportação e a fábrica Osório de Castro (FOC), visando o lançamento de mobiliário nacional nos mercados da Comunidade Económica Europeia. ■



O PLANO NACIONAL DE TRANSPORTES

Os inúmeros problemas que se colocam a nível nacional no sector dos transportes, exigem que sejam tomadas medidas imediatas que garantam o progressivo saneamento financeiro das empresas públicas do sector. Para normalizar esta situação, foram concedidos alguns subsídios às empresas em causa e iniciou-se a elaboração do futuro Plano Nacional de Transportes que o Banco Mundial financia, tal como foi noticiado em número anterior.

O montante dos prejuízos acumulados pelas empresas do sector público dos transportes, rondou até final do ano de 1977, os 17 milhões de contos, cabendo metade deste valor à

governamentais às referidas empresas públicas.

Encontra-se presentemente em preparação uma importante medida neste domínio — o Plano Nacional de Transportes — que o Banco Mundial se dispôs a financiar, através de um empréstimo de um milhão de contos.

Este Plano, cuja elaboração foi entregue a duas empresas estrangeiras, virá a ser o primeiro instrumento que englobará todos os géneros de transportes, desde o rodoviário ao ferroviário, passando pelo marítimo costeiro e pelo aéreo interno, excluindo-se apenas os transportes que cobrem a área urbana.

introdução de um sistema de contabilidade analítica, um plano de conservação de estradas e ainda o plano de rentabilidade ferroviária da CP.

As soluções a apresentar terão de incidir sobre os cinco anos imediatos à data prevista para a entrega do Plano, que, por outro lado, dará também indicações sobre a configuração da rede de transportes para os dez anos seguintes.

O sector empresarial do Estado

Para perceber melhor a dificuldade da situação, será oportuno lembrar o seguinte. O sector estatal dos transportes e comunicações, porque abrange 75 por cento do equipamento nacional dos transportes, é dos sectores empresariais do Estado, aquele que, sendo o maior,

unidades produtivas, posteriormente, com os elevados encargos salariais e o sub-emprego da mão-de-obra, veio a agravar-se bastante. As suas estruturas financeiras ainda se tornaram mais deficientes, mais tarde, com a progressiva desca-



Os transportes aéreos internos poderão vir a ter uma importância e um desenvolvimento crescentes, a nível regional

CP, Carris e Rodoviária Nacional.

Previa-se que a situação melhorasse no último ano devido aos ajustamentos tarifários, mas, possivelmente, os resultados negativos da exploração vão ultrapassar os 11 milhões de contos, o que obrigará à atribuição de novos subsídios

Para além disso e pelo que se conhece, esse Plano, que levará três anos a ser elaborado e cujo custo ronda os 50 mil contos, incluirá também um sub-plano de assistência à Junta Autónoma das Estradas destinado ao aperfeiçoamento do sistema de planeamento das infra-estruturas rodoviárias e a

registra problemas financeiros mais graves. Praticamente, quase todas as empresas se encontravam, ainda há pouco tempo, em colapso financeiro.

A situação, já de si bastante negativa quando as empresas foram nacionalizadas, dado que a mesma se caracterizava por uma degradação conhecida das

pitalização das empresas e com a desvalorização do escudo.

Pode apontar-se como exemplo a Rodoviária Nacional, que é o resultado da junção de várias dezenas de empresas privadas de transportes com enormes défices e com frotas de autocarros a necessitar de imediata substituição.

Na Carris verificava-se idêntico fenómeno: os autocarros da empresa tinham uma média superior a 14 anos de serviço consecutivo e a maior parte dos eléctricos tinha entre 25 e 73 anos de serviço, sem esquecer que uma centena deles se encontrava irrecuperável para o transporte.

Na Transtejo, a média de idades dos barcos fluviais era de mais de 30 anos, havendo alguns que rondavam os 60 anos de efectivo serviço.

Será, portanto, necessário concluir que se torna urgente levar por diante o saneamento económico-financeiro das transportadoras públicas, e concretizar outras medidas destinadas a ultrapassar a actual situação negativa. ■

A EXPLORAÇÃO DE PIRITES

A descoberta de importante jazida de pirites nas aldeias alentejanas de Neves-Corvo (Castro Verde), chamou a atenção, uma vez mais, para a grande reserva deste minério que se situa ao sul do Tejo. Integrada na faixa piritosa ibérica, a referida reserva constitui, ao que parece, o maior recurso do subsolo nacional. Essa imensa riqueza cujas reservas se calculam em 230 milhões de toneladas a explorar — enorme quantidade quando comparada com os 620 milhões de toneladas existentes em toda a Europa — poderá tornar-se, quando explorada, a grande alavanca do desenvolvimento tecnológico, económico e social do Alentejo.

De facto, Portugal possui algumas riquezas escondidas no seu subsolo que até ao presente foram indevidamente exploradas. Só a área portuguesa da faixa das pirites, que se estende desde Grândola à fronteira, abarca quatro zonas que foram exploradas por empresas estrangeiras e multinacionais.

Até ao momento presente, a exploração das pirites alentejanas, com uma produção anual de 500 mil toneladas, não passou da fase inicial, podendo facilmente atingir-se os dois milhões de toneladas anuais. Para além disso, com a introdução de tecnologia mais avançada, será possível tratar também as cinzas das pirites até agora desaproveitadas, conseguindo-se assim recuperar uma certa percentagem de minérios como o cobre, o zinco, a prata e o ouro, contidos nas pirites, em valor apreciável.

Por estes motivos, e segundo está programado, a exploração dos recursos metálicos nacionais irá, brevemente, ultrapassar a pura e simples extracção mineira e tratamento de concentrados, para entrar, decididamente, na zona da metalurgia, isto é, na produção industrial dos próprios metais.

A zona de Neves-Corvo

A partir de 1970, o Fundo Mineiro de Beja efectuou algumas sondagens na área de Castro Verde, entre as aldeias das Neves e Corvo, tendo chegado a descobrir uma nova jazida de pirites. O facto foi depois confirmado pelos trabalhos desenvolvidos por empresas estrangeiras especializadas, chegando-se à conclusão, depois de sondagens realizadas a uma profundidade média de 300 metros e de analisadas as amostras, que o minério possui um alto teor de cobre. Os resultados obtidos vieram assim confirmar que se estava perante uma jazida de pirites altamente rica em cobre e com percentagens elevadas de zinco, chumbo, ferro, prata e ouro.

Como as análises foram francamente animadoras e demonstravam que a jazida de Neves-Corvo era ainda mais rica que as minas de Aljustrel, concluiu-se que esta região de Castro Verde constituía a grande espe-

rança de exploração das pirites complexas do Alentejo.

«Entrar na zona da metalurgia»

Por essa razão, apesar de os resultados serem francamente favoráveis, as prospeções continuam, para que se possa avaliar bem o volume dos minerais. Mas, é intenção do Governo, muito em breve, ultrapassar a simples extracção mineira como até aqui acontecia e entrar na zona da metalurgia, ou seja, na produção industrial dos próprios metais.

A curto prazo, a região alentejana poderá transformar-se e passar de rural, apenas, a região mineira e industrial. Foi certamente esta perspectiva que levou o ex-governador civil de Beja a afirmar quando visitou o local de Neves-Corvo: «Esta mina poderá ser o arranque para uma nova época de tecnologia portuguesa da exploração mineira, pois, o acesso profundo deverá ser como já se pratica em todo o mundo, uma rampa que permita a circulação de via-

turas desde a superfície até ao jazigo».

O projecto de prospeção

Relativamente aos custos orçamentados para a prospeção da jazida de Neves-Corvo, o projecto global prevê investimentos que até 1985 andarão na ordem dos 160 milhões de dólares (mais de sete milhões de contos a preços correntes). Paralelamente, encontrava-se em estudo já adiantado, a cargo da Comissão para o Lançamento do Programa do Aproveitamento Integral das Pirites (CPP), o alargamento da exploração de Aljustrel, mais ligada à produção adubeira e do ácido sulfúrico e, possivelmente, o das minas do Lousal.

O desenvolvimento da extracção racional das pirites alentejanas, se possuía até aqui grande interesse, quando apenas eram conhecidas as minas de Aljustrel, do Lousal e de S. Domingos, estas actualmente paradas, adquiriu um peso muito maior com a descoberta das Neves-Corvo.

NOVA NOTA E NOVA MOEDA EM CIRCULAÇÃO

O Banco de Portugal mandou colocar em circulação novas notas de vinte escudos e uma nova moeda de vinte e cinco escudos.

A nota de vinte escudos tem na frente a figura do almirante Gago Coutinho, com o fundo em tom verde claro, e apresenta

o sextante sobre o astrolábio na zona central, tendo por cima da efígie dois raios triangulares de uma rosa-dos-ventos. No verso destaca-se, na metade inferior, a gravura de um hidro-avião com a legenda «1922

— Gago Coutinho inicia a navegação aérea astronómica». No lado esquerdo, estão representados, esquematicamente, os continentes sul-americano, africano e europeu, com a indica-



ção da rota seguida pelo almirante na viagem Lisboa-Rio de Janeiro, em 1922.

Segundo consta, o Banco de Portugal emitiu 30 milhões de unidades (600 milhões de escudos) das novas notas e um montante de quatro a cinco milhões de unidades da nova moeda de vinte e cinco escudos.

O motivo do lançamento desta série de notas prende-se com o facto de já se encontrar em circulação a quase totalidade dos 30 milhões de notas «Garcia da Orta», emitidas em Janeiro de 1978.

É provável que as notas de vinte escudos venham a ser substituídas totalmente por moedas de vinte e cinco escudos até ao fim do ano de 1980 e que seja criada uma nova nota de cinco mil escudos.

Nesta altura o total das notas em circulação, de todos os valores, atinge quase os 300 milhões de unidades, assim repartidas: 93 milhões de notas de mil escudos, 30 milhões de 500 escudos, 60 milhões de cem escudos, 32 milhões de 50 escudos e 78 milhões de notas de 20 escudos.

O APROVEITAMENTO DA LEZÍRIA GRANDE



Embora a agricultura portuguesa não se encontre naquele estágio de evolução que todos desejam, há, contudo, alguns projectos de desenvolvimento que entraram na fase de realização. Entre esses destaca-se o da Lezíria Grande, de Vila Franca de Xira, que não é dos menos importantes e onde foram introduzidas melhorias apreciáveis.

Muito perto de Lisboa, nos terrenos próximos de Vila Franca de Xira, entre os rios Tejo e o Sorraia, situa-se uma imensa área de 13.500 hectares, com

ótimas possibilidades agrícolas: a Lezíria Grande.

Antes de 1954, realizaram-se nessa área grandes melhorias, como as tentativas de enxugo e de recuperação de terras, entre 1954 e 1958, a conclusão de um muro de defesa, na extensão de 60 km. destinado a protegê-la das cheias.

Entretanto, e apesar desse muro, do sistema de enxugo construído nessa data e das boas perspectivas de escoamento de produtos que a localização da Lezíria Grande oferece, verifica-se uma série de outras limi-

tações que impedem um melhor desenvolvimento da agricultura da área, e que se resumem no seguinte:

— o actual sistema de drenagem dos terrenos é insuficiente;

— não há sistema de controle da toalha freática e a salinidade atinge quase 90 por cento dos solos;

— a introdução de água torna-se insuficiente, porque é elevado o teor de sal nas águas dos rios nas marés altas;

— a rega é feita por bombagem a partir dos canais de enxugo que são invadidos pela vegetação aquática.

Por fim, acrescente-se o facto de a rede viária ser pouco funcional e insuficiente a distribuição de energia eléctrica e de água potável.

O apoio de técnicos holandeses

Para a resolução destes e outros problemas que condicionam um melhor aproveita-

grafia, de hidrologia, de investigação da toalha freática, das propriedades dos solos, sua utilização e das redes de drenagem. A investigação relaciona-se, por outro lado, com o desenvolvimento agrícola actual, com culturas possíveis e suas produções, com a organização e a gestão das empresas e outras infraestruturas.

Um grupo de trabalho

Segundo está previsto, as quatro fases do projecto cuja metodologia inclui a investigação preliminar, a planificação, a formulação e a finalização do programa, deverão terminar em Julho do corrente ano.

O projecto, iniciado em Junho de 1976, está a ser executado com o apoio técnico e a assistência de um Instituto holandês. A sua direcção cabe a um grupo de trabalho que integra técnicos desse Instituto, dos Ministérios da Agricultura e Pescas e da Habitação e Obras Públicas.



mento da Lezíria Grande, foram estabelecidos, em 1975, contactos com técnicos holandeses, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Das diligências efectuadas resultou um desenvolvido programa de trabalhos que, conforme noticiámos na altura, compreende estudos de carto-

Para além dos fins directamente visados no programa — o aproveitamento da Lezíria Grande —, importa acrescentar que os trabalhos já realizados têm contribuído para a formação de técnicos portugueses que prestam serviço naquele projecto e outros peritos que visitam o nosso País em busca de informações sobre o mesmo



HOMENAGEM A MIGUEL TORGA

A Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação Gulbenkian promoveram uma sessão comemorativa dos 50 anos de vida literária de Miguel Torga. Ao acto assistiram, entre outras personalidades, o Presidente da República, o presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro, que foram recebidos pelos drs. David Mourão-Ferreira e Azeredo Perdigão, respectivamente, secretário de Estado da Cultura e presidente do Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian.

David Mourão-Ferreira abriu a sessão, justificando e comentando a iniciativa da SEC, tendo depois vários escritores e ensaístas proferido breves discursos. De entre os oradores destacamos Sophia de Melo Breyner, João Maia, Jacinto do Prado Coelho, Alexandre O'Neill, Fernão Magalhães e Vasco Graça Moura. Finalmente os actores Catarina Avelar e Síndico Filipe declamaram alguns poemas do homenageado.

Ao encerrar a sessão, Miguel Torga, com a simplicidade que lhe tem sido sempre peculiar, afirmou, a determinado passo que, tudo fizera «para evitar esta homenagem e não calculam quanto ela me aflige». No final, as principais individualidades presentes — pertencentes ao nosso meio político, literário e artístico — cumprimentaram Miguel Torga e felicitarão-no pela passagem deste 50.º aniversário de actividade literária.

O contista e o poeta

A obra de Miguel Torga traz-nos o painel do mundo rural, situado num ambiente que nos faz lembrar os símbolos bíblicos e mitológicos de toda a vida agrícola: a seiva, a água, o vento, o pão, o pastor e o pastoreio, estão na sua obra como matéria poética. Alguns dos seus contos, cuja estrutura é extremamente sin-

tética, dão-nos no seu dramatismo quase rude, exemplos de dignidade e coragem simples, existentes no seio dos mais singelos protagonistas. Diz-se que a poesia de Miguel Torga, a mais bem conseguida, se agrupa nos volumes do seu «Diário», o que é uma verdade. Porém, nunca ela, a nosso ver, iguala em vivacidade e densidade dramática a prosa dos seus extraordinários contos, onde através de personagens quase épicos, a sua filosofia pessoal, questionadora do mundo e da sociedade, dentro de um ângulo individualista e com um fundo religioso, alcança proporções de mestria ímpar.

No entanto, se o contista é grande, não é menor, pese a tudo o que afirmámos atrás, o poeta, cuja obra exprime as mesmas intuições do contista, mas de modo ao mesmo tempo genérico e pessoalista, facto que lhe advém daquele tom individual em que procura interrogar outrém e interrogar-se a si mesmo, sendo ela, assim, percorrida por apóstrofes e reptos a um Deus que jamais se visiona acima de todas as suposições. Trata-se de uma poesia onde, para além do mais, se reflectem as apreensões e esperanças que os portugueses têm vindo a sentir nas últimas décadas.

«Todo o mundo lhe pertence»

Adolfo Rocha, médico, nascido em S. Martinho de Anta em 12 de Agosto de 1907, estreou-se nas letras portuguesas sob o pseudónimo literário de Miguel Torga aos vinte e um anos. Homem esquivo, nada dado a mundanices, vivendo aparentemente alheio a tudo o que o cerca; no entanto, por cada obra sua que ia saindo, verificava-se que, afinal de contas, esse alheamento não passava de aparência e a sua obra denuncia a preocupação geral, a esperança colectiva, a interrogação que outros haviam esgotado, talvez gratuitamente. Apaixonado da natureza e do homem, para ele os únicos espectáculos dignos de serem vistos e pensados e que constituem fonte de toda a sua inspiração e labor literário. Cástico e rude frente aos «tartufos são e gordos», mas nem por isso menos possuidor do «sentido cósmico de piedade e amor» pelos que são pobres e doentes.

Universalista lúcido, escreveu uma vez que «entre o Oriente e o Ocidente não escolhe», visto que «todo o mundo lhe pertence», acrescentando: «Como homem e como português o que interessa saber é quem dá à vida mais dignidade e pureza».

Torga não tolera o poder do regime de ditadura, porque «ele degrada tudo, quem

o exerce e quem o tolera» e, ainda, porque «a rasoira da mediocridade nivela a seara numa pequenez outónica», onde as vozes são «o coaxar monótono do charco», onde «o medo é o oxigénio da respiração nacional».

A sua obra literária foi e é, a todo o tempo, um libelo acusatório «contra todos os capitalismos e individualismos de natureza possessiva», porque foi e se quer sempre «do povo, é pelo povo e não há forças humanas que lhe apaguem o instinto da cepa de onde provém».

«Um artista, um homem e um revolucionário»

Vivendo intensamente o momento actual da sociedade portuguesa, e dimensionando este com os grandes sucessos mundiais escreveu: «O mundo pasmado a olhar o céu, à espera de ver astronautas russos e americanos no seu primeiro abraço estratosférico, e eu com todos os sentidos postos em Lisboa, à espera que um capitão qualquer decida do nosso destino».

Destino que ele sempre quis que fosse aquilo que declarou solenemente: «O que eu fui sempre, o que sou e o que serei é um artista, um homem e um revolucionário. Na medida em que sou um artista quero um mundo onde a beleza seja o vértice da pirâmide. Na medida em que sou homem, quero que nesse mundo os indivíduos sejam livres e conscientes. E na medida em que sou revolucionário quero que a revolução traga à tona as grandes massas e que nunca acabe de percorrer o seu caminho perpétuo, sem estratificações e sem dogmas».

É este, pois, o nobre código moral de acção que conduz este cidadão exemplar: o belo, o bem e a verdade.

A sua obra literária foi sempre — e é hoje mais que nunca — o látigo contundente contra «os individualistas sem respeito pelos indivíduos, que atacam não as ideias, os valores, os princípios», outrossim «as feridas de fulano e sicrano que é preciso fazer sangrar, o autor do livro que é preciso denunciar, num ódio mal contido pelo triunfo dos indivíduos, pelas suas virtudes, pela sua existência».

Ninguém como Miguel Torga foi contra a «autoridade imposta, a ordem por canalização, que serão úteis na construção de pontes», mas que se revelam «ineptas em matéria de floração humana, mirram e matam». E contra o definhamento do espírito ele viu sempre «útil, só, realmente, a liberdade».

ACADEMIA DE MARINHA

O Conselho da Revolução criou a Academia da Marinha, em substituição do Centro de Estudos de Marinha, agora extinto.

A nova Academia, segundo o diploma publicado no «Diário da República», destiná-se a «promover e desenvolver os estudos e a divulgar os conhecimentos relacionados com as ciências, as letras, as artes e tudo o mais que diga respeito ao mar e às actividades marítimas».

Nos considerandos da portaria, afirma-se que «a notável acção desenvolvida pelo Centro de Estudos da Marinha», aconselhou a criação de um organismo essencialmente cultural de nível compatível com o prestígio que, nacional e internacionalmente, aquele centro granjeou».

CINQUENTENARIO DE «A SELVA»

Em conferência de imprensa recentemente realizada na Biblioteca de Ossela (frente à Casa-Museu Ferreira de Castro), foi apresentado o programa das comemorações do cinquentenário do romance «A Selva», de Ferreira de Castro, obra que, embora antecedida do famoso romance «Emigrantes», se pode considerar como tendo sido a sua definitiva consagração como escritor de cariz universal. As comemorações, que decorrerão por todo o País, abrangem também, como seria natural, o Brasil, onde, aliás, a acção do romance se desenrola, estando marcado como período comemorativo o que compreende o espaço entre o passado dia 6 de Janeiro deste ano e 29 de Junho de 1980.

«A Selva» foi publicada, efectivamente, em 1930, embora a data de nascimento, segundo a

seu tempo declarou o escritor, se situe entre 9 de Abril e 29 de Novembro de 1929. O romance abarca um período de quinze anos, em que Ferreira de Castro, emigrante de tenra idade em terras de Santa Cruz, viveu de perto a experiência do seringal «Paraíso», na Amazônia brasileira. Do romance, Ferreira de Castro viria um dia a dizer: «As selvas, fechassem elas o seu mistério nas vastidões sul-americanas ou verdijassem, mais permeáveis à luz solar, na Ásia, na África, na Oceânia, representavam, desde há muito, um assunto maculado

literariamente. Maculado por milhentos romances de aventuras, onde a imaginação dos seus autores, para lisonjear os leitores fáceis, se permitiria todas as inverosimilhanças, todas as incroguências».

De facto, Ferreira de Castro soube fugir a esta regra da literatura de cordel. O seu romance universalizou-se, levando a quase todos os recantos do globo a gesta do trabalho e da luta do trabalhador ignorado contra factores adversos, alguns impostos pelo próprio homem àqueles que vivem do seu esforço. A sua pretensão foi

simples: Ferreira de Castro quisera realizar um livro de história singela, onde a própria trama fosse o mais natural possível, talvez sem a exuberância a que o leitor de então se havia habituado, mas pleno de honesto testemunho. Cabe bem lembrar as palavras que o próprio escreveu para a edição comemorativa de «A Selva», em 1955: «(...) «A Selva», drama dos homens perante as injustiças de outros homens e as violências da natureza, estava destinada a ser, desde o princípio ao fim, para o seu próprio autor, uma pequena história, uma pequena parcela da grande dor humana, dessa dor de que nenhum livro consegue dar senão uma pálida sugestão».

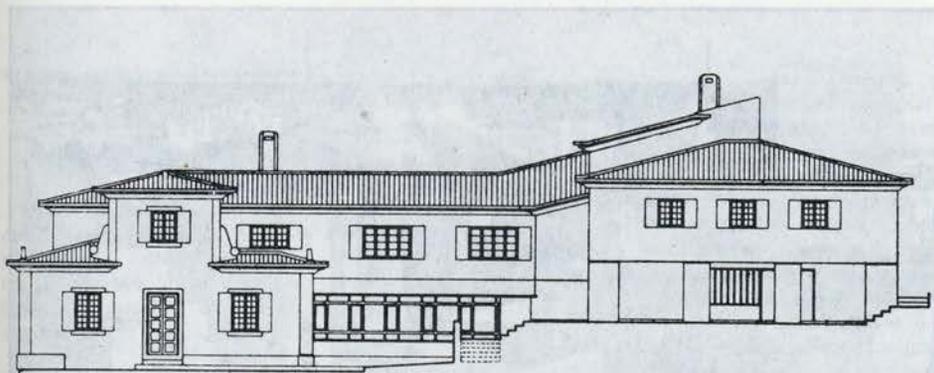
Constituindo um inigualável sucesso literário e de expansão da língua portuguesa, «A Selva» foi editada na Alemanha, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Jugoslávia, Itália, Noruega, Roménia, Suécia e Suíça, nomeadamente.

«A Selva» consagra Ferreira de Castro como criador de um género literário em que a realidade, a ficção e emoção se fundem num todo, numa expressão forte que é, ao mesmo tempo, plena de simpatia humana, sua característica fundamental. Entre nós, não têm sido poucos os que apontam Ferreira de Castro como um pioneiro, anterior àquilo que o mundo das letras viria a conhecer com Steinbeck e Hemingway, identificando a sua arte com os grandes problemas que agitavam o mundo de então.

A Comissão Nacional das Comemorações, que funciona no Liceu Ferreira de Castro em Oliveira de Azeméis, pensa que as mesmas se irão revestir do brilho e êxito que o escritor e a sua obra nos merecem, pelo muito que se deve a Ferreira de Castro como exemplo de cidadão digno e eminente personalidade literária portuguesa de âmbito universalista.



Ferreira de Castro no início da sua actividade literária



Após o seu almejado início continuam em bom ritmo as obras de adaptação, restauro e ampliação do imóvel há três anos adquirido para sede do Centro de Promoção Social «Rainha Santa Mafalda» de Arouca. O imóvel compreende um lar, creche, jardim infantil, salão para prática e aulas de costura e bordado, recinto para ocupação de tempos livres e ainda outras instalações complementares. Segundo tudo leva a supor, a inauguração deste melhoramento, que muito alegra a população, está prevista para Dezembro do ano em curso, em data que se pensa próxima do 30.º aniversário da agremiação.

ALCOBAÇA FIGURAS E FACTOS

Por iniciativa conjunta da Direcção-Geral da Acção Cultural e da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaca, esteve patente ao pú-

blico uma exposição subordinada ao tema «Alcobaca — Figuras e Factos».

O ineditismo desta exposição residiu no facto de estar montada, exclusivamente, a partir de material cedido pela população, constituindo, assim, um precioso repositório documental relacionado com a vida da

terra nos últimos cem anos, a qual era focada através de jornais, fotografias, trajos, livros, cartas e objectos diversos.

CASTELO BRANCO: VERBAS AVULTADAS PARA AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal de Castelo Branco irá despender mais de 207 mil contos em diversas actividades a efectuar no corrente ano. A edilidade albacastrense irá efectuar na sede do Concelho, durante o ano corrente, obras no valor de cerca de 55 mil contos, enquanto que nas diversas freguesias as obras projectadas ultrapassam os 64 mil contos.

No capítulo da habitação, o município de Castelo Branco irá despender cerca de 31 mil contos, destinados à elaboração do Plano de Urbanização, aquisição de terrenos e infra-estruturas do programa habitacional do concelho.

CHÃO DA PARADA: EMIGRANTES APOIAM ASSOCIAÇÃO

Segundo informou o semanário regionalista «Gazeta das Caldas», emigrantes portugueses residentes nos EUA apoia-

ram a construção do edifício e sede social da «Associação Cultural e Desportiva Paradense». Ainda segundo o mesmo periódico, nos fins do passado ano, na cidade de Elizabeth (EUA), os emigrantes originários de Chão da Parada organizaram uma angariação de fundos durante festa realizada para o efeito. O saldo foi de 161.752\$70, quantia depositada, entretanto, na conta bancária desta Associação. Este gesto de solidariedade testemunha, pela sua eloquência, quanto são sensíveis aos problemas da sua terra e de como, se solicitados para coisas concretas, os portugueses residentes no estrangeiro sabem responder prontamente.

ESTORIL: PALÁCIO DOS CONGRESSOS

A edificação de um Palácio dos Congressos no Estoril vai entrar em fase de abertura do concurso para o projecto, com posterior adjudicação da obra, inicialmente prevista para o corrente mês de Fevereiro. Este empreendimento, que deverá custar cerca de 50 mil contos, constitui a primeira fase de concretização do plano de actividades que a Junta de Turismo da Costa do Estoril propõe para 1979, e que, entre outras actividades e iniciativas, compreende a recuperação da estância termal e a construção de um complexo de piscinas, em Cascais. O plano, que promoverá uma série de realizações — algumas já estão em curso — foi divulgado no decorrer de uma conferência de imprensa que decorreu no Estoril.

Entre as informações prestadas pela Junta nesse encontro com os jornalistas, salientamos a decisão de efectivar um Festival Internacional de Folclore, no corrente mês de Fevereiro, e uma Feira Internacional de Artesanato entre 29 de Julho e 2 de Setembro do corrente ano, certame a realizar na Feira Internacional de Lisboa (FIL).



Pormenor da estátua tumular de D. Pedro I, no mosteiro de Alcobaca

LAGOS: I SALÃO NÁUTICO

O I Salão Náutico de Lagos, iniciativa do Clube de Vela local, será patrocinado pela respectiva Câmara Municipal e pela Comissão Regional de Turismo do Algarve, decorrendo, no barlavento algarvio, entre os dias 17 e 25 de Março próximo.

O certame ficará instalado numa antiga fábrica da Ribeira, ocupando área coberta de 1.200 metros quadrados. Lagos, cidade virada para o turismo e desportos náuticos, vai, pois, assistir a mais uma iniciativa de promoção e de grande interesse para o desenvolvimento da região.

MURTOSA: «AVENIDA DO EMIGRANTE»

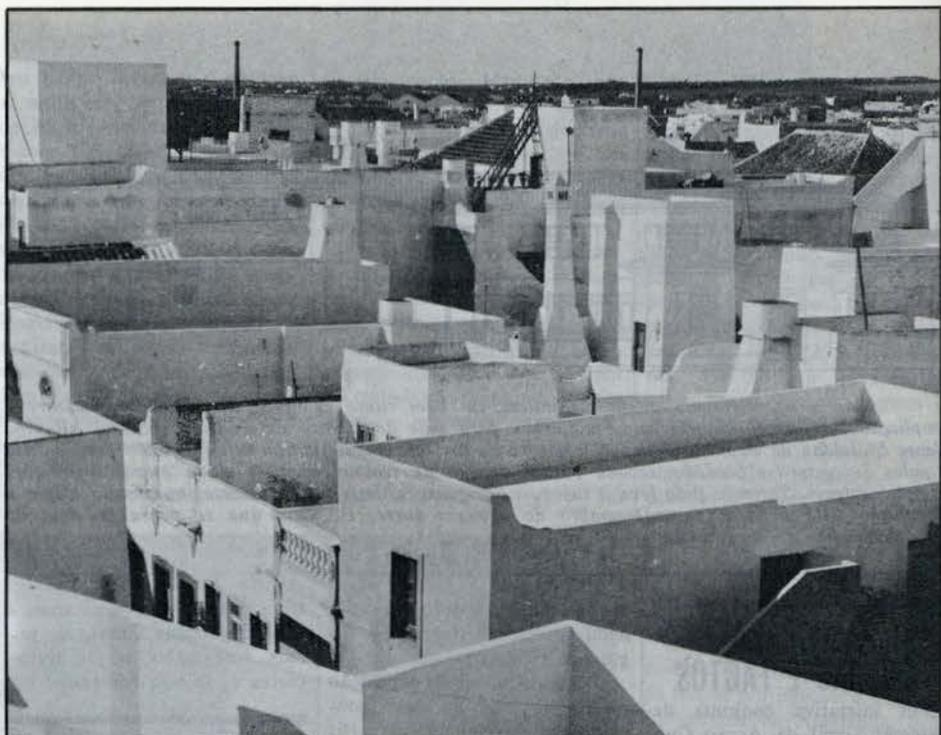
Na região de Aveiro, o conselho da Murtosa deve ser um dos que mais emigrantes possui a trabalhar no estrangeiro, nomeadamente no seio das comunidades portuguesas da América do Norte, Venezuela e Canadá. Daí justificar-se inteiramente que a Câmara Municipal tenha decidido homenagear esses emigrantes.

Em reunião da edilidade, o seu presidente informou que o projecto da obra, denominada «Avenida do Emigrante», foi entregue à Direcção de Equipamento de Aveiro, para procedimento de todos os trâmites usuais em tal matéria.

A iniciativa consta do plano de obras comparticipadas, o qual está já aprovado com algumas alterações, tendo sido aberto concurso público para este plano urbanístico, com uma base de licitação no valor de 7.204.228\$00.

POMBEIRO DA BEIRA: CENTRO DE CULTURA

A Câmara Municipal de Arganil abriu recentemente concurso para arrematação da em-



Muitos têm chamado a Olhão a vila cubista. Vila cubista porque as suas típicas casas apresentam a forma de cubos, degenerescência em linha recta da arquitectura árabe. Como já referimos em número anterior, Olhão recebeu, como nenhuma outra terra portuguesa, essa curiosa herança arquitectónica que mantém quase intacta. Ora, esta localidade orgulhosa dos seus pergaminhos e, sem dúvida com alguma razão, apoiada no desenvolvimento que a marcou nestas últimas décadas, decidiu agora, através da Assembleia Municipal, aprovar o pedido de passagem de vila à categoria de cidade. O respectivo estatuto foi, entretanto, já enviado à Assembleia da República pela presidência da Câmara Municipal olhanense, pelo que é provável que, a breve tempo, possamos noticiar a passagem da vila cubista a cidade.

preitada de construção da sede da Junta de Freguesia e do Centro de Cultura de Pombeiro da Beira.

Com base de licitação de 6.242.391\$20, esta obra é de grande interesse social para a freguesia, cujos habitantes de há muito vinham sentindo a sua falta.

PORTO: INSTALAÇÃO DO MAIOR TELESCÓPIO DO PAÍS

O presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica assinou com uma firma inglesa um contrato que permitirá instalar no Porto o maior telescópio do País, o qual irá

proporcionar aos astrónomos portugueses condições de trabalho de nível internacional.

O novo equipamento inclui uma montagem equatorial e um sistema de controlo para um telescópio de 30 polegadas, material a instalar no Centro de Astronomia da Universidade do Porto e cujo valor se eleva a 5.800 contos. A Fundação Gulbenkian participou nesta iniciativa com um subsídio de 1.500 contos.

AQUISIÇÃO DE UMA UNIDADE CIRURGICA «LASER»

A primeira unidade cirúrgica «Laser» existente na Península Ibérica, foi instalada na cidade do Porto, na Casa de Saúde da

Boavista. Trata-se de um bisturi óptico de partículas para utilização na especialidade de otorrinolaringologia.

A instalação desse dispendioso aparelho fica a dever-se ao entusiasmo do dr. Manuel António Pais Clemente, que durante cinco anos estagiou nos Serviços congêneres dos Hospitais da Universidade de Boston, cujo director, prof. Stewart Strong, foi o iniciador da aplicação cirúrgica com raios «Laser» na citada especialidade, em 1972.

Por outro lado, como tradicionalmente vem sendo hábito, o pagamento dos custos de instalação ficam-se a dever à Fundação Gulbenkian, bem como a aquisição de um microscópio e de diverso material de endoscopia.

SEVER DO VOUGA: OBRAS PÚBLICAS

Importam em mais de 15 mil contos as obras públicas a iniciar neste concelho. Entre elas, figuram o lanço de Paraduca ao limite do concelho, por Ervedosa, o troço entre a estrada

nacional 328 e Macida e o que vai da estrada nacional 328 a Arcas.

VILA DA FEIRA: PROMOÇÃO DO MEL

Pode-se dizer que as «feiras» são uma autêntica instituição genuinamente nacional, elas su-

cederam-se aos «açougues» e «fangas» do Portugal medieval, tendo sido, desde então para cá, incremento de progresso económico, nomeadamente para as terras e regiões do interior. Mas há «feiras» e Feiras, como se dizer-se... Feiras há que se caracterizam pela específica promoção que fazem a um produto, tais como as «Feiras do Cavalo», a «Feira do Queijo», a futura «Feira da Cerâmica», a que já nos referimos em números anteriores e, nesta ordem de ideias, a «Feira do Mel», que se realizou na Vila da Feira.

A «Feira do Mel» ou «dos vinte», em referência à data, supomos, tem como característica principal o facto de nela ser possível adquirir o rico alimento que é o mel da região, tratado por artesãos, xímios conhecedores de toda a gesta produtiva que ele engloba, além de se terem vendido pelas confeitarias locais, as tradicionais «fogaças» e os «caladinhos».

VILA NOVA DE MIL FONTES: CONCLUÍDA A PONTE SOBRE O MIRA

Em visita de trabalho a esta localidade, o ministro da Habitação e Obras Públicas, eng. Almeida Pina, e o secretário de Estado das Obras Públicas, eng. Mário de Azevedo, assistiram aos preparativos da abertura da nova ponte sobre o rio Mira; ponte que com a sua entrada em funcionamento irá contribuir para a melhoria das comunicações na área de Sines.

O empreendimento que custou cerca de 285 mil contos, incluindo os respectivos acessos, foi caracterizado nestes termos pelo eng. Almeida Pina, em declarações aos jornalistas: «Valeu a pena o dinheiro que se gastou. Este investimento local, para além de permitir a ligação daquela zona urbana, permite uma possibilidade de expansão das duas margens, o que não acontecia até agora».

A nova ponte, cujos trabalhos foram iniciados em Março

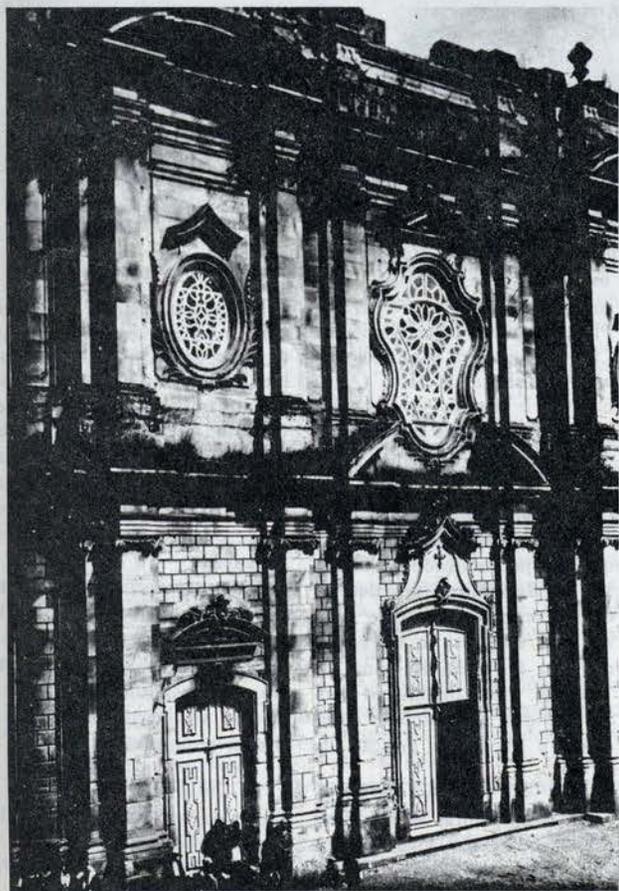


Eng.º Almeida Pina

de 1975, tem um comprimento de 363 metros e uma largura de 13, permitindo velocidades da ordem dos 100 km/h ao tráfego automóvel sem qualquer risco.

VISTA ALEGRE: NOVA PONTE RODOVIÁRIA

Foi inaugurada uma nova ponte rodoviária ligando Vista Alegre a Gafanha da Nazaré, no distrito de Aveiro. A nova ponte, que tem 70 metros de comprimento por 4 de largura, foi construída a expensas do Município de Ílhavo, que contribuiu com 30 por cento das despesas, e da população local, que contribuiu com o restante. Atravessando um dos braços da Ria de Aveiro, ela vem contribuir não só para acabar com o velho e perigoso processo de passagem por barca, como encurtar em cerca de oito quilómetros o trajecto entre a Gafanha e Vista Alegre.



Os cantadores de Janeiras, quem ainda se lembra deles? Alguns «teimosos» ainda insistem em manter esta tradição popular, mas vão rareando. Por este motivo foi significativa a decisão tomada pela delegação de Viseu do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) de promover um encontro distrital de Cantadores de Janeiras no Mosteiro de Salzedas, em Tarouca.

A iniciativa contou com a participação dos grupos que ainda existem espalhados por vários pontos do distrito e visou a recolha e divulgação daquele antigo costume popular.

O facto deste encontro se ter realizado nos claustros do Mosteiro de Salzedas teve por objectivo chamar a atenção para a importância e valor daquele monumento cisterciense onde, infelizmente, por falta das necessárias obras de conservação e restauro, estão em perigo muitos valores artístico-culturais.

REMODELAÇÃO DO GOVERNO REGIONAL

Em cerimónia que se realizou na cidade de Angra do Heroísmo, perante o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, e o ministro da República para aquela região autónoma, almirante Silva Horta, tomaram posse os novos quatro secretários e um subsecretário do executivo regional.

No discurso proferido no acto da tomada de posse, Mota Amaral depois de afirmar que «o Governo Regional dos Açores inicia agora uma nova fase, a do desenvolvimento», sublinhou, a propósito da autonomia regional, que, «vencidas as primeiras barreiras para a consolidação da autonomia» e consolidadas as respectivas instituições «forçoso é fazê-las funcionar». Pronunciando-se depois sobre «a dinâmica do processo político português», disse Mota Amaral, nomeadamente: «À medida que foram afastadas as dificuldades inerentes a um Governo minoritário, abrem-se novas perspectivas de diálogo, entendimento e cooperação entre os órgãos regionais e órgãos de soberania (...). Alcançado um amplo consenso nacional acerca das instituições, prosseguiremos em diálogo, propondo com firmeza metas concretas, exequíveis, realistas». Ao referir-se ao regime democrático, Mota Amaral anunciou que o Governo Regional dos Açores estava «a procurar aperfeiçoar os métodos de diálogo com as forças políticas da oposição, dispondo-se a contactos frequentes dentro e fora da Assembleia Regional».

O almirante Silva Horta, que se pronunciara antes de Mota Amaral, realçou a escolha criteriosa que fora feita e a aber-



O ministro da República para os Açores, almirante Silva Horta, e o presidente do Governo Regional, Mota Amaral

tura de espírito demonstrada na escolha dos novos membros do Governo Regional e, referindo-se aos novos colaboradores de Mota Amaral, acentuou que aqueles haviam sido escolhidos «pelo padrão apenas da competência e da adequação, pondo de lado razões de geografia que não se justifica».

Entretanto, reuniu já o plenário do Governo Regional com a presença dos novos membros, que participam pela primeira vez no executivo: Correia da Cunha e José Liberato (que desempenham cargos agora criados: o de secretário-adjunto da Presidência do Governo e

subsecretário-adjunto para o Planeamento, respectivamente), Luís Bettencourt (Assuntos Sociais), Moreira da Silva (Agricultura e Pescas) e Martins Mota (Transportes e Turismo).

Transferência de competências

Acrescenta-se, a respeito desta última secretaria regional, que foi já publicado no «Diário da República» um decreto do Governo Regional dos Açores que estrutura e a regula a Direcção Regional de Turismo. Este organismo terá as seguintes atribuições: coordenar e propor a criação de

delegações e postos de turismo, com o objectivo de dinamizar a promoção turística local; fomentar a valorização profissional dos trabalhadores ligados ao turismo; definir a política de preços; e, ainda, colaborar na montagem das infra-estruturas e dos equipamentos necessários ao aproveitamento dos recursos turísticos.

Um outro decreto-lei também publicado no jornal oficial, atribuído ao Governo Regional dos Açores a superintendência em toda a actividade de espectáculos e divertimentos públicos do arquipélago.

POÇOS DE SONDAGEM GEOTÉRMICA

A perfuração de um primeiro poço de sondagem geotérmica, na ilha de S. Miguel, alcançou a profundidade de 1227 metros e atravessou uma jazida a uma profundidade da ordem dos 870 metros, indicou à ANOP o director do Instituto de Tecnologia e de Geociências dos Açores, Vítor Hugo Forjaz.

As temperaturas encontradas nessa jazida são vizinhas dos 280 graus centígrados. Foram ainda captados diversos fluidos geotérmicos, incluindo vapor, desde que a perfuração principiou, acrescentou o referido técnico.

Por seu turno, na ilha Terceira, os trabalhos de prospecção estão ainda atrasados, por falta de diversos recursos. Contudo, uma campanha de prospecção sísmica já permitiu a selecção de três áreas potenciais. Falta agora, segundo Vítor Hugo Forjaz, criar uma estrutura

capaz de, a ritmo empresarial, conduzir os projectos tanto na Terceira como em S. Miguel e, futuramente, no Faial.

O director do Instituto de Geociência manifestou, por outro lado, a opinião de que uma empresa pública regional de recursos geotérmicos é essencial, para tratar dos recursos que neste campo estão a ser descobertos, e que poderão permitir aos Açores uma economia anual de 15 a 20 milhões de escudos.

Tal economia em combustível que actualmente é impor-

tado, seria possível logo que estivessem em actividade dois ou três poços como o da Ribeira Grande.

Entretanto, a despesa até agora efectuada com a sondagem geotérmica naquela zona do norte de S. Miguel é de 20 milhões de escudos, sendo cinquenta por cento desse quantitativo em dólares.

Por outro lado, as amostras geológicas recolhidas no furo já terminado têm motivado grande curiosidade científica, visto que se trata da sondagem mais profunda que, na zona do Atlântico, até agora se realizou a sul Islândia.

Nesa ilha nórdica, as captações de vapor têm descido a cerca de 2000 metros de profundidade.

LIGAÇÕES TELEFÓNICAS

Vai ser montado em S. Miguel um novo feixe hertziano com capacidade para 960 vias e que será utilizado nas ligações telefónicas entre as principais ilhas dos Açores.

O novo feixe, que substitui todas as actuais ligações de saída de Ponta Delgada, deverá ser entregue para exploração em 1980, depois de concluída a montagem e ensaios, só devendo, nessa altura, ser utilizada cerca de metade da sua capacidade, devido a não haver, por enquanto necessidade, de um maior número de vias.

Com o novo feixe, as ligações de Ponta Delgada para Angra do Heroísmo e Horta passarão a dispor de 120 vias, funcionando ainda ligações de 60 vias daquela primeira cidade para Vila Franca e Ribeira Grande, em São Miguel, bem como para Velas de São Jorge.

As instalações Terceira-Faial, que se efectuarão através de um «relais» a instalar na ilha de São Jorge, disporão de 120 vias, sendo de 60 o número das que serão utilizadas entre a Terceira e São Jorge.



O antigo semanário «Açoriano Oriental» — o mais antigo título existente na imprensa portuguesa — passa a jornal diário, tendo já aparecido os seus primeiros números em Ponta Delgada; o «Açoriano Oriental» substitui, assim, o jornal «Açores» que se editará semanalmente.

Com esta alteração na periodicidade dos dois órgãos de imprensa, a empresa proprietária pretende transformar o «Açores» num semanário que trate todos os problemas da Região e que seja colocado todas as sextas-feiras nas restantes ilhas do arquipélago e nas comunidades açorianas residentes no estrangeiro.

O feixe disporá igualmente de quatro vias radioeléctricas para televisão, entre Horta e Ponta Delgada e, entre esta última cidade e Angra do Heroísmo, existirão vias que poderão ser utilizadas em qualquer altura, nomeadamente em casos de avaria do feixe hertziano da RTP.

As ligações telefónicas nos Açores efectuam-se actualmente através de cabos regionais e de um feixe hertziano de baixa frequência e fraca capacidade, menos de metade da que vai ser instalada, provocando saturação das linhas nas horas de ponta.

«CENTRO DE ESTUDOS NEMESIANOS»

O Governo Regional dos Açores, ao adquirir a livraria e espólio literário de Vitorino Nemésio, teve em vista o estabelecimento, em Angra do Heroísmo, provavelmente no palácio Bettencourt, de um centro de estudos «nemesianos», o qual

deverá prolongar no arquipélago o estudo e compreensão da obra daquele célebre escritor açoreano, falecido no ano transacto.

Comprados por 4 mil contos, os manuscritos e a biblioteca de Vitorino Nemésio deverão seguir para a ilha Terceira, onde ficarão confiados à Biblioteca Pública e ao Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Saliente-se que a biblioteca daquele poeta e escritor é composta por cerca de 15 mil volumes.

«Ballet Teatro ARQUIPÉLAGO» NASCEU EM PONTA DELGADA

Funciona em Ponta Delgada, desde o começo da época escolar, uma escola de bailado dirigida por José Trincineiras e integrada no Conservatório Regional dos Açores. A formação desta escola envolveu o esforço

de muita gente e poderá, em breve, revelar as primeiras provas da sua eficiência. De facto, recentemente, com a participação de doze alunas e dez alunos, a Escola de Bailado do Conservatório Regional dos Açores deu já um espectáculo baseado em canções regionais. Entre os artistas convidados destacou-se particularmente a bailarina Isabel Santa Rosa, interpretando «A Morte do Cisne», de Saint-Saëns, actuação que foi obrigada a bisar por entusiástica exigência do público.



A bailarina Isabel Santa Rosa interpretando «A Morte do Cisne»

Este novo grupo de bailado, dirigido por José Trincineiras, intitula-se «Ballet Teatro Arquipélago» e espera-se que em breve esteja à altura de alternar com as companhias que o Continente mantém em actuação.

APOIO À IMPRESA REGIONAL

O Governo Regional da Madeira, segundo consta de uma proposta de decreto regional, vai brevemente auxiliar os órgãos privados da comunicação social.

No documento já aprovado pelo executivo madeirense, prevê-se a constituição de uma comissão que será encarregada de estudar e apresentar os planos concretos de apoio e de auxílio ao sector da imprensa privada. Desse auxílio, que não abrangerá jornais pertencentes a partidos, associações ou movimentos políticos, serão igualmente excluídos os órgãos de informação em que for judicialmente reconhecida «a violação da orientação escrita no respectivo estatuto editorial», e também os que «façam propaganda de doutrinas cujos métodos e práticas se constituíram em sistemas políticos totalitários».

O sistema de apoio anunciado não consistirá somente na assistência económica às empresas que o solicitem, mas estender-se-á também à «realização de estudos da problemática da comunicação social e da promoção de acções que visem a sua expansão dentro e fora da região autónoma».

Nesse documento, sublinha-se ainda que a existência do sector privado no domínio da comunicação social, «é garantia insubstituível de liberdades cívicas e, consequentemente, de pluralismo político, constituindo um facto determinante para evitar a verdade única do partido único e do Estado policial e concentracionário».

Na comissão que vai ser constituída para este efeito, haverá representantes das secretarias regionais do Planeamento e Finanças, da Economia, da Educação e Cultura, e do Trabalho e ainda de trabalhadores e proprietários dos órgãos de informação que vierem a ser abrangidos pelas medidas de apoio.

NOVO GOVERNADOR DE MACAU



Depois de vários meses de expectativa, a Presidência da República anunciou oficialmente a nomeação do general Melo Egídio para o cargo de Governador de Macau, substituindo nessas funções o coronel Garcia Leandro.

Melo Egídio exercia actualmente as funções de adjunto do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Recordando-se, por outro lado, que o nome de Melo Egídio fora um dos quatro sugeridos em Macau pelo comandante Almeida Costa, quando este membro do Conselho da Revolução efectuou consultas aos órgãos do poder deste território, em nome do Presidente da República, sobre a substituição de Garcia Leandro, o qual havia, entretanto, concluído o mandato de quatro anos em Novembro do ano passado.

Melo Egídio terminou o curso de Infantaria da Escola do Exército em 1943, tendo depois prestado serviço em várias unidades desta Arma. Desempenhou, também, outras funções, entre as quais destacamos as de professor do Instituto de Altos Estudos Militares e as de director da Arma de Infantaria, cargo de que tomou posse depois de eleito pela sua Arma, em Agosto de 1975, sendo finalmente promovido a general em Fevereiro de 1976.

ORÇAMENTO PARA 79

Segundo noticiou a ANOP, o orçamento geral de Macau para o corrente ano cifra-se em 2 milhões e 670 mil contos, isto é, mais 720 mil contos do que o de 1978, quando o conjunto da despesa pública orçamentada era de um milhão e 950 mil contos.

A explicar o montante assinalado, notou-se um crescimento económico da actividade financeira do território, mais propriamente no campo das receitas públicas, com uma expansão na ordem dos 43,9 por cento em 1976 e 89,02 por cento em 1977, em relação a valores apurados no ano de 1974. As receitas cobradas durante o período de Janeiro a Setembro de 1978, cujo montante se situa na casa de um bilião e 490 mil contos, representam um aumento de 155 por cento em relação a 1974, com apenas 970 mil contos.

Do programa do Governo para 1979, já apresentado e aprovado na Assembleia Legislativa de Macau, salienta-se que será dada prioridade «à dinamização de acções para o fomento da produção, principalmente no domínio da diversificação industrial já iniciada; a obtenção de uma melhor taxa de intensidade do factor capital, enveredando no sector produtivo pelas indústrias de capital intensivo; a criação de infra-estruturas de transportes e ainda das que tenham contribuição directa e significativa para o aumento da produção; a actualização dos sistemas educacionais vigentes e o incremento de acções de formação educacional; a melhoria da qualidade de vida nos planos da habitação, saúde, desporto, cultura e defesa do meio ambiente; a criação de legislação de trabalho; o aumento da eficiência dos serviços públicos e ainda o alargamento do sistema de comunicação social».

No que respeita à política monetária, cambial e financeira a ser seguida, o Governo pre-

coniza, entre outras medidas, «ultimar a criação de um banco local, com funções emissoras, de reserva de divisas e banqueiro do Estado, a atracção de instituições especializadas no crédito a médio e longo prazo e o desenvolvimento de sistemas de crédito para habitação».

Diversificação da Produção Industrial

No âmbito da política industrial deste território sob administração portuguesa salienta-se o facto de o Governo apontar como metas «a diversificação da produção industrial e a promoção da expansão do seu investimento, facilitando ao mesmo tempo o crédito».

No que respeita à política externa, refere-se no programa do Governo a necessidade de se fazerem «estudos de mercados, o estudo e implantação de medidas tendentes a incrementar as trocas comerciais com Portugal e com os países africanos de expressão portuguesa e o estudo da criação de uma estrutura desalfandegada de um entreposto comercial».

No tocante à política urbanística e habitacional, o Governo de Macau procurará prosseguir a criação de melhores condições habitacionais na cidade, fomentar a construção de habitação social e elaborar novos planos de urbanização.

Para corresponder ao interesse da educação e cultura na promoção social da comunidade e no processo de desenvolvimento económico, prevê-se «intensificar o apoio financeiro ao ensino particular de fins não lucrativos, incentivar a formação profissional, através do estabelecimento de ensino adequado, promover e incrementar as actividades gimnodesportivas, incrementar as actividades culturais, garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e melhorar as emissões radiofónicas em língua portuguesa, estudando ao mesmo tempo a possibilidade do lançamento da televisão no território».

A OBRA DE MESTRE



MALHOA

«Através de algumas dezenas de variadas
composições desfilam nos quadros deste pintor
quase todas as fases da vida dos
campos e das casas rústicas do coração de Portugal».

Ramalho Ortigão

Na obra «A Pintura de Malhoa» (1906)



JOSE MALHOA

1855/1933



É normal nas gazetas, periódicos e jornais, comemorar pontualmente um artista quando a efeméride de uma data faz com que se lembrem as suas obras. Este uso e costume nem sempre corresponde àquilo que será mais importante registar, pois que assim, os valores máximos da cultura aparecem, amiúde, como datas de calendário e não como valores que vivam por si próprios e aos quais se deva admiração e estima por tudo o que de nós e por nós, portugueses, representam, enquanto povo com uma cultura e uma identidade próprias. Por estas razões, fica já o leitor avisado que José Malhoa, não é por nós lembrado a propósito, de uma determinada data ou efeméride de almanaque, mas sim pela sua obra ímpar, na qual «desfilam», como disse Ramalho Ortigão, «todas as fases da vida dos campos e das casas rústicas do coração de Portugal».

O Homem

José Vital Branco Malhoa, nasceu na primavera de 1855 nas Caldas da Rainha, dizendo dele alguns biógrafos que, ainda garoto, já cultivava a arte ladina dos rabiscos, pintando as paredes da Travessa de S. Sebastião, onde então vivia. Sabe-se que os pais o destinavam a entalhador, mas quis a sorte que o artista Leandro Braga influenciasse a família do jo-

vem a apoiar a vocação plástica que cedo nele havia despertado.

Não foi um menino prodígio, nem um «sonso», pois no fim do primeiro ano de Belas Artes a informação do professor apresenta-o como indivíduo de «pouca aplicação, pouco aproveitamento e comportamento péssimo», havendo outras informações de que, por várias vezes, se viram os mestres obrigados a expulsá-lo das aulas, tal o feito irrequieto de que dava constantes provas. No entanto, estes primeiros passos não impediram que terminasse o curso de pintura com elevada classificação e depois de alcançar o primeiro prémio todos os anos. Concorrente a bolseiro do Estado, o seu nome não figurou entre os eleitos, pelo que teve de procurar outro meio de vida.

Durante três anos vendeu chapéus e confeções numa loja de modas para senhoras, na rua Nova do Almada, apesar de, nas horas vagas, continuar trabalhando. «A Seara Invadida», quadro que pintou nesta altura, durante as horas do almoço, mostra já a admiração que nutria pela pintura ao ar livre.

Um pequeno dissabor, de cariz anedótico, viria depois a forçá-lo, definitivamente, a abandonar a provisória profissão de caixeiro.

Uma senhora entrou um dia na loja e, ao encarar com Malhoa, perguntou-lhe se ele não era aquele pintor que havia exposto um quadro em Madrid, obra que os portugueses ainda não haviam visto, mas por contrapartida lhe escangalhava os seus estupendos chapéus!

Malhoa acabaria por abandonar a profissão de caixeiro e, apesar de casado e com encargos, decidiu-se a viver somente de e para a pintura.

Um percurso estético

A nosso ver, Ramalho Ortigão enganava-se redondamente quando chamou a Malhoa, ainda que para o elogiar, um artista em que a pintura, é «toda de fora» e, mais adiante, num pequeno estudo que lhe dedicou, acrescenta que as suas figuras populares sendo maliciosas, anedóticas, não apresentam «nenhum esoterismo de processo, nenhum duplo sentido, nenhuma ambiguidade». Ora é exactamente parte disto que contestamos. A pintura de Malhoa, homem e artista de nascimento humilde, vai muito além de tal descrição, e se há coisa que ela não é efectivamente, é uma pintura «toda de fora», pois as suas telas denotam com acinte um forte traço, a que Ramalho chama anedótico, mas que os mais familiarizados com os grandes movimentos das ideias estéticas de então, podem designar, com toda a razão, como o percurso estético que, não só Malhoa mas muitos outros, percorriam; percurso que ia do naturalismo ao realismo social, se bem que «mimoseado» com demasiados pormenores. Os seus quadros são cenas vivas, registadas para a



«Os Oleiros» (1896).
óleo s/ tela



«As Papas» (1898)
óleo s/ tela



«Egas Moniz perante o rei de Leão» (1907), óleo s/ tela



«Vasco da Gama perante o rei de Samorim» (s/ d),
óleo s/ tela



posteridade, da nossa história social nos campos, durante a segunda metade do século XIX e princípios do actual: nos seus quadros está presente o homem do povo, sem pieguices, tal e qual: nos seus dramas, nas lidas da sua jornada de trabalho, nas suas festas e romarias, nos seus desgostos e até nas suas crenças medievais. O anedótico, não existiu, mas sim uma constante procura da verdade, do registo quase fiel de um pequeno traço. E vejam-se «A Volta da Romaria» ou «A Procissão», por exemplo, para se atestar quanto isto é verdade.

De resto, e talvez hoje, nenhum pintor, tanto em vida como após o seu desaparecimento, se tenha introduzido tão profundamente na sensibilidade e na memória do povo. Dizem alguns que a memória do povo é curta; será? Talvez isso seja verdade para aquilo e para aqueles que nada de bom ou duradouro lhe trouxeram, mas sabe-se como, hoje ainda, é real a penetração e popularidade que as obras de Malhoa encontram no seio do povo e como, entre tantos outros, ele continua a ser o único mestre que a memória popular regista, tal como acontece com outro artista, ainda hoje presente na mesma memória: Bordalo Pinheiro.

Estes fenómenos têm a ver com factores de identificação e simbiose únicas, havidas entre



José Malhoa, quando executava ao ar livre um dos seus últimos trabalhos

os artistas e a sociedade em que vivem, na qual se sabem integrar de modo exemplar, questão que não iremos aqui expressamente abordar, pois tal não é o nosso objectivo. Sublinharemos, contudo, um facto que a história registou, por nos parecer mais eloquente que qualquer outro.

Conta-se que durante o movimento insurreccional de 5 de Outubro de 1910 um retrato de Malhoa, intitulado «Retrato de Sua Alteza o Príncipe Real D. Luís Filipe», estava exposto na Liga Naval, local onde entrou um grupo de revolucionários de arma em punho, dispendo-se a retalhar a tela por ela representar aquilo que havia sido o motivo da Revolução: a Monarquia. Ora acontece que entre os populares levados ao rubro naqueles dias de gesta heróica, avança um e, colocando-se fren-

te ao quadro, como protegendo-o da cegueira dos seus camaradas, grita ao grupo: «Aqui ninguém toca. É um quadro de Malhoa!». Quanto a popularidade do artista, parece-nos, estamos conversados.

A Obra

José Malhoa começa a ser conhecido, nomeadamente, depois de ganhar o primeiro prémio do concurso realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1888, com o quadro «Partida de Vasco da Gama para a Índia», obra que lhe mereceu o «Hábito de Cristo» conferido pelo rei D. Luís I. Mas não era ainda este o Malhoa que a posteridade haveria de admirar e conhecer.

A fase nova da sua obra apenas estava ainda a germinar, como o testemunha o quadro «Viático ao Termo», realizado

por este tempo. Também data do fim-do-século a obra «As Papas», de realismo sóbrio. Este trabalho inaugura a sua nova fase, seguindo-se «As Padeiras» e «A Embrasar Cebolas», que alguns intitulam de autênticos testemunhos etnográficos, mas que são, seguramente, registos de hábitos e tradições populares dotados de um realismo preocupado em reter, no seu contexto aparentemente singelo, o movimento e o carácter do objecto representado. O povo entra na sua obra e, desde então, nunca mais de lá voltará a sair. A esta fase seguir-se-á a dos espaços livres, dos céus rasgados, dos campos, onde nos parece que o artista se esmera, com uma militância de autêntico realista, a reter o homem do povo num movimento, num pormenor de esforço no trabalho, no riso, no gesto que, dir-se-ia, ficou retido no espaço, de modo a que o pintor o marcasse na tela para o tempo.

O século XX vem encontrar o artista na sua pujança criadora. Em 1901, aparece a sua obra «A Volta da Romaria», que viria a figurar em várias exposições estrangeiras; quadro do qual dizem os entendidos que só o seu céu vale todo o conjunto. Esta pintura pertenceu a José Relvas, o qual a exhibia orgulhoso, numa das suas salas da Casa dos Patudos. O quadro «Cócegas» é exposto em





«As promessas» (1933), óleo s/ madeira
«Clara» (1903), óleo s/ tela
«Guardando o Rebanho» (1891), óleo s/ tela



«O Fado» (1910)–A mais popular e divulgada obra de Malhoa, adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa –e dois estudos (pormenores) para o mesmo quadro



*«Festejando o S. Martinho» (1907)
-da coleção do Museu Nacional
de Arte Contemporânea-e um estudo
executado no ano anterior, para
o mesmo quadro*

«À Beira-Mar/
Praia das
Maças» (s/d),
óleo s/ tela;
coleção
do MNAC



«Retrato de
minha mulher»
(1914),
óleo s/ tela;
coleção
do MNAC





O artista, posando para o fotógrafo, no seu «atelier» de Lisboa

Paris em 1905, sendo hoje pertença do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro; nele já está definitivamente afirmada a fase da luz; luz que escorre por todos os lados. Em 1906, Malhoa desloca-se ao Brasil, a convite do Real Gabinete Português de Leitura, lá deixando alguns trabalhos, como «A Procição», «O Barbeiro na Aldeia» e a encantadora «Clara», inspirada no romance «As Pupilas do Senhor Reitor», de Júlio Dinis.

A sua obra vai evoluindo e a sua criação artística, enquanto forma particular do conhecimento, parece apresentar-se cada vez mais como um jogo de ida e volta entre a acção da realidade e a reacção da consciência. Colocado no meio do seu mundo, o artista, ao contrário do cientista, propõe-nos reproduzir o essencial da realidade na forma do singular. Para Malhoa, o conhecimento é um reflexo da realidade (tal como se pode aprender através dos seus trabalhos) e desvirtuada seria a sua obra se ele acreditasse na possibilidade da existência de um reflexo simples, imediato, puro, de base estritamente sensorial, como se fosse um acto semelhante à impressão de uma chapa fotográfica. A sua grandeza radica-se nesta segurança de transformar a sua condição de escravo na condição de amo dos objectos pin-

tados. Este processo subentende na obra e vida de Malhoa, necessariamente, uma psicologia e uma sociologia do acto criador, porque a consciência individual do artista está submersa num complexo social cujas consequências sofre, ainda que em certas ocasiões ele pudesse ter pensado em iludi-las.

A arte da verdade

Obras como «O Remédio», representando aquela mulher que cruza os caminhos, ao entardecer, com o remédio para o doente, evoca a dor, a angústia que tal situação impõe aos que carecem de meios; tal como «Só na aldeia», no dia da festa, aquela viúva ficou entregue à sua solidão. São opções de cariz social de marcada simpatia e amor pela gente do povo, obras que não ficam atrás das suas garridas pinturas de opu-

lentas cores. A este conjunto pode-se acrescentar o célebre quadro mais conhecido sob a designação de «Os Bêbados», mas cujo nome o artista quis que fosse «Festejando o S. Martinho»; pintura de um realismo desapiedado, onde o artista realça, num momento do meio rural, da vida dos camponeses, aquele em que estes «perdem a cabeça» frente à malga do vinho novo. A luz é mortíça, e as loiças, os tipos, a indumentária, as castanhas, as sardínhas e a broa de milho, tal como a anatomia das figuras, o chapéu largo, tão usado antigamente nas terras estremenhas, são testemunhos da arte com que Malhoa executava as suas obras, a arte da verdade.

«O Fado» o mais popular quadro do artista (actualmente exposto no Museu da Câmara Municipal de Lisboa) é outro

exemplo de estrondoso realismo, e sem dúvida a pintura mais lisboeta na obra do mestre.

«Basta Meu Pai!» parece-nos o quadro de um impressionista; ou «Ai Credo!», em que a moça minhota, escaldada do sol de Agosto, exclama afrontada! E outros, tantos outros, são exemplos do que acima afirmamos. Estamos em crer que a mais nenhum artista português, deste período das artes plásticas nacionais, se pode tão certamente aplicar o que o autor de «Germinal», Zola, disse de Courbet: «É o único pintor da nossa época; pertence à família dos que fazem carne, tem por irmãos, queira-o ele ou não, Veronèse, Rembrandt, Ticiano».

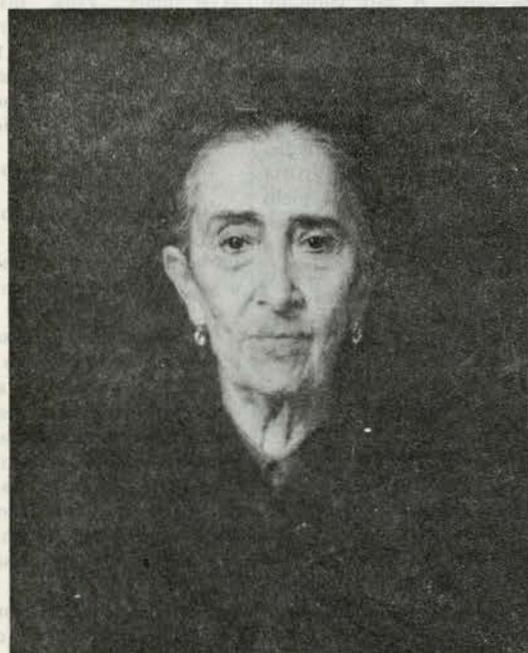
Malhoa e o Povo

O povo, na obra de José Malhoa, não é representado apenas por alguém que o viu enquanto espectador, mas sim por quem teve o poder de penetrar na sua alma, como soe dizer-se. Vejam-se essas caras, esses rostos vincados! Esses gestos suspensos no éter! Esse movimento de rugas que marca dramas, alegrias passageiras, angústias sem solução. E as mãos, as mãos que Malhoa pintou como nenhum outro foi capaz na altura e que quase falam na sua mímica estática!

O artista não se limitou a ser o pintor do anedótico ou das



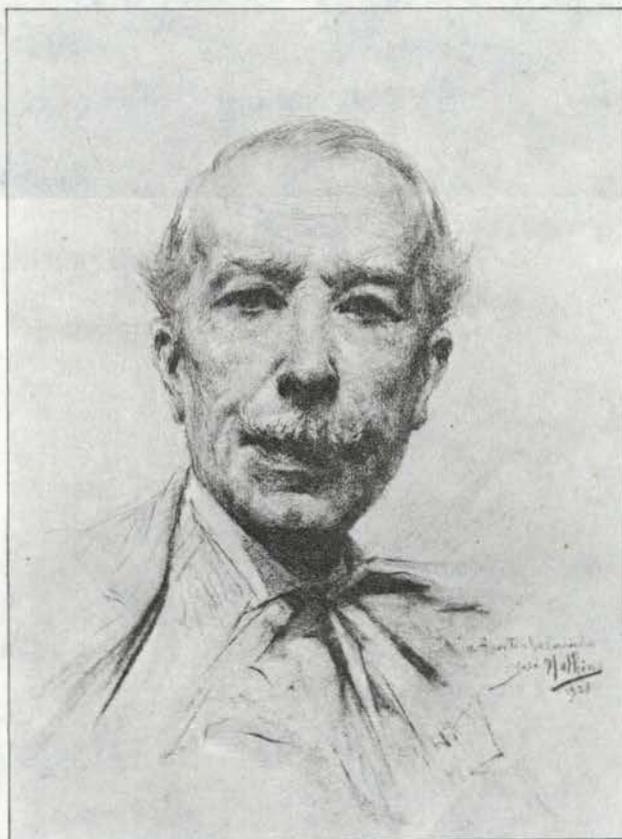
«Só na Aldeia» (1911), óleo s/ tela



«Retrato do Fotógrafo Novais» (s/ d), óleo s/ tela;
coleção MNAC



«Retrato» (1900); coleção do MNAC



Auto-retrato (1928)



festanças rústicas, como muitos o entenderam; duas pinturas guarda o Brasil que são a força criadora de alguém que descia ao húmus da terra e das suas atormentadas gentes: «O Emigrante» e «Varanda dos Rouxinóis»!

Em Malhoa não há de facto o «alçapão» dos fundos imaginários, dos amplos movimentos para dentro de si próprio, ou outra qualquer espécie de artifício visual e estético. Talvez isto tenha levado alguns a considerarem que a sua pintura era «toda de exteriores», mas nisto consiste o erro. A sua pintura é positiva, quase brutal, diríamos, nalguns quadros, mas os objectos e pessoas que eternizou, ficaram delineados nas formas e nos gestos que ele soube reter, revelando, destas últimas, o que lhes ia no pensamento.

Uma opção que é também um método

A diversidade dos temas populares na obra de Malhoa unifica-se, ao fim e ao cabo, numa opção que é também um método, e em virtude dessa opção social, cuja forma-conteúdo é uma completa sociologia do Portugal de então, constituiu-se um todo indissociável que, pela complexidade de temas que aborda da vida rural portuguesa, traz ao seu realismo, intrinsecamente, a busca incessante das formas mais perfeitas

e mais próximas daquilo que sugira uma dada realidade económica-social. A herança cultural que, afinal, a sua obra constitui, é um bom ensinamento, não só pela forma de que se serviu, mas mais, muito mais, por ter feito tema-base de toda ela, a gesta ignorada e quotidiana do homem do povo e suas enraizadas tradições.

«As Promessas», ou «A Procissão», recordando o arraial, os andores e os romeiros da festa na Bairrada, ou «A Sombra», onde um casal de camponeses se entrega à lida do campo, enquanto a criança esbraceja e sorri na canastra onde, à sombra, a depuseram, são trabalhos maduramente pensados e conseguidos, resultantes de uma opção coerente e decidida.

Vem depois uma longa lista: «Milho ao sol», «A corar a

roupa», «Amanhã os arranjarei!», «Gritando ao Rebanho», «Conversa com o Vizinho» e o velho rifão popular, «Dar de beber a quem tem sede!». Obras onde a alegria contrasta com a dor, a garridice com a seriedade. «Carricho», «A Rega dos Alfobres» ou «Saboreando», são outras conhecidas obras do mestre, plenas de cor e de luz, nos arredores das Caldas da Rainha.

Sem ter tomado em linha de conta a personalidade de cada figura ou cena, Malhoa não poderia ter reproduzido de maneira mais notável o sentido real da sociedade e da classe de gente que escolhera, em toda a sua plenitude e veracidade. É por isso que as obras de Malhoa ficam tão persistentemente retidas na memória visual dos que as têm visto. Quem pode

esquecer, por exemplo, «Como eles se criam»?

Em «Emigrante», «Desalento» e «Paleio», mas também no quadro histórico «Narração da Batalha da Asseiceira», o que se retém de Malhoa é a sua capacidade em nos saber representar, da realidade de cada caso, a primeira verdade essencial, sobressaindo sempre estas das linhas gerais do quadro social que nos oferece. As suas telas talvez não se devam tanto à decantada «inspiração», mas sim a uma persistente observação da realidade que o cercava e, por outro lado, a um lento e aturado trabalho, pois só isso nos poderá explicar como ele não se deixa prender ou extraviar na superfície dos factos que passava às obras.

Malhoa representou a paleta do povo português numa determinada época, e poderemos dizer sem exagerar, que sem essa extraordinária paleta o espólio cultural de todo um povo teria, certamente, ficado mais pobre.

A actividade artística de José Malhoa, um dos nossos mais conhecidos pintores contemporâneos, estendeu-se até 1933, ano da sua morte, e pode ser admirada no Museu existente nas Caldas da Rainha, o qual tem o seu nome, no Museu Municipal de Lisboa e no de Arte Contemporânea, também nesta cidade.



Último retrato do mestre José Malhoa

O suplemento sobre a obra de José Malhoa, que publicamos neste número, teve a colaboração do Museu de José Malhoa (Caldas da Rainha) e do Museu Nacional de Arte Contemporânea (Lisboa). Queremos agradecer todo o apoio técnico e documental que nos foi prestado pelas Dr.^{as} Maria Teresa Seabra Cancela (MNAC) e Matilde Tomás do Couto (MJM), e pelos Estúdios Mário Novais (Lisboa).

VICE-PRESIDENTE CUBANO VISITOU PORTUGAL

O vice-presidente do Conselho de Estado da República Socialista de Cuba, Carlos Rafael Rodriguez, efectuou uma visita oficial de três dias ao nosso País, a convite do Conselho da Revolução. Durante a sua estada em Lisboa, Carlos Rafael Rodriguez — o primeiro dirigente cubano a deslocar-se a Portugal após o 25 de Abril de 1974 — teve conversações com o Presidente Ramalho Eanes e com membros do Governo e do Conselho da Revolução.

«As relações de amizade cubano-portuguesas estão cimentadas em razões históricas que superam as contingências de qualquer conjuntura», afirmou o Presidente da República no início do discurso que proferiu durante o jantar realizado em honra de Carlos Rafael Rodriguez, no Palácio de Queluz.

«Mas — prosseguiu Ramalho Eanes — além das afinidades que resultam de raízes culturais comuns e da convivência estabelecida no passado, Portugal e Cuba reconhecem a existência contemporânea de factores que não podem deixar de contribuir para estreitar o seu relacionamento.

Em épocas diferentes e por caminhos diversos, ambos os países se libertaram de regimes retrógrados que lhes estavam impostos. Esta circunstância acrescentou nova convergência à atitude histórica dos dois povos.



Carlos Rafael Rodriguez, à sua chegada a Lisboa, acompanhado pelo brigadeiro Garcia dos Santos, chefe da Casa Militar do Presidente da República

Estou seguro, no entanto, de que, independentemente das opções de cada país, outras razões concorrem hoje para reforçar os elos das nossas relações».

«O que nos une continuará a prevalecer sobre o que nos divide»

Mais adiante, Ramalho Eanes considerou, na sua alocução, que a visita do

estadista cubano constituía «uma oportunidade de prolongamento de conversações que possam contribuir para a garantia da paz nas diversas regiões do Mundo e para adequada satisfação dos interesses mútuos dos dois países». O Presidente da República referiu-se igualmente, às possibilidades de reforço das relações de cooperação luso-cubanas, tanto no sector económico como nos domínios científico e técnico, acrescentando que «a diversidade de posições e opiniões de Portugal e Cuba não afecta o nosso entendimento acerca da conveniência de um diálogo directo entre os Estados e da possibilidade de reforçar a compreensão mútua».

Na parte final deste discurso, o general Eanes afirmaria, nomeadamente:

«Considero auspiciosa, na perspectiva das nossas relações de projecção multilateral, a posição cubana de apoio à utilização da língua portuguesa nos organismos internacionais.

Mas gostaria de afirmar a minha esperança de que saberemos encontrar novas vias de cooperação política internacional, através da posição responsável, que nos é comum, de defendermos os nossos interesses e as nossas expressões de política externa num quadro em que se evidenciam a tolerância e a negociação.

A concretização deste propósito constituirá indicador seguro de que o que nos une continuará a prevalecer sobre o que nos divide».

34

O Presidente Ramalho Eanes e o vice-presidente cubano durante o encontro realizado no Palácio de Belém; em baixo, os dois estadistas acompanhados pelas respectivas esposas.



«O reencontro dos nossos dois povos»

«É curioso pensar que, apesar da comum raiz ibérica, à semelhança da linguagem que nos permite entendermo-nos para além dos diferentes idiomas, e à semelhança de uma história recente de largos anos de combate popular e nacional contra sucessivas tiranias, Portugal e Cuba têm vivido relativamente afastados, sem nos vincular algo mais do que a presença cultural da ironia aristocrática de Eça de Queirós nalguns salões literários e a democrática ressonância das vossas respectivas lutas pela liberdade nas notícias internacionais», acentuou o vice-presidente do Conselho de Estado cubano no discurso que, a seguir, pronunciou.

Carlos Rafael Rodriguez recordaria, a propósito, que «foram necessárias duas revoluções capazes de ir mais além no âmbito das nossas fronteiras para que Portugal e Cuba começassem a reconhecer-se», ficando então estabelecido o que considerou como «o marco para o reencontro dos nossos dois povos».

Noutro passo da sua alocução, o dirigente cubano sublinharia, designadamente: «A história, que uma vez nos situou, porventura, em campos opostos, contra os nossos próprios desejos, oferece-nos, porém, hoje, a perspectiva de poder trabalhar juntos, para ajudar os povos da Ásia, da África e da América Latina, realizando a plenitude das suas possibilidades históricas».

A concluir, Carlos Rafael Rodriguez diria que, tal como anteriormente assinalara o Presidente português, «as diferenças de facto que nos separam em certos problemas de ordem internacional contemporânea não são tantas que não permitam uma frutífera e contínua colaboração pela paz e o trabalho no sentido de resolver, por esforços colectivos, importantes problemas regionais».

Conversações com Ramalho Eanes e Mota Pinto

No prosseguimento do programa da sua visita oficial ao nosso País, o vice-presidente cubano foi recebido, no dia seguinte, pelo general Ramalho Eanes, em audiência realizada no Palácio de Belém. Ao encontro entre os dois estadistas estiveram presentes o embaixador de Portugal em Havana, Manuel João da Palma Carlos, e o representante diplomático de Cuba em Lisboa, Manuel Esteves Perez.

Nesta reunião — que teve uma duração de hora e meia — Ramalho Eanes e Ra-

fael Rodriguez debateram as linhas gerais das políticas externas dos respectivos países e apreciaram as áreas de cooperação possíveis no campo internacional, tendo ainda analisado a actual cooperação entre Portugal e Cuba e as perspectivas existentes para o seu incremento e alargamento.

O dirigente cubano visitou depois a zona de Cascais e Sintra, percorrendo locais de interesse turístico, e foi obsequiado com um almoço que decorreu no Palácio dos Seteais e que contou com a presença de uma delegação do Conselho da Revolução e de um representante pessoal do general Ramalho Eanes.

No forte de S. Julião da Barra — onde ficou instalado durante a sua estada na capital portuguesa —, Carlos Rafael Rodriguez recebeu, mais tarde, o Primeiro-ministro, Mota Pinto, na presença do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes.

Falando aos jornalistas no final deste encontro, Mota Pinto salientou que o mesmo decorrerá «dentro das regras de cortesia que devem nortear as relações entre governantes de países, mesmo que tenham regimes políticos e económicos diferentes, como é o caso de Portugal e de Cuba». Entre os assuntos abordados durante a reunião, o Primeiro-ministro salientaria «as relações comerciais entre os dois países e aspectos da política externa global, tais como a paz, o desarmamento, o diálogo Norte-Sul e a voz dos pequenos países da comunidade internacional, e a política cubana sobre a África Austral».

Conferência de Imprensa

No último dia da sua visita oficial ao nosso País, o vice-presidente do Conselho de Estado da República Socialista de Cuba teve uma reunião com os membros do Conselho da Revolução, e participou num almoço com o general Ramalho Eanes, ao qual estiveram presentes as respectivas esposas. A encerrar o programa desta deslocação a Lisboa, Carlos Rafael Rodriguez concedeu uma conferência de imprensa, que se efectuou no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Falando aos jornalistas, Rafael Rodriguez declarou que, em nenhum momento, esta visita a Portugal tivera como objectivo negociar a retirada das tropas cubanas estacionadas em Angola, e sublinhou que a sua vinda a Lisboa constituira «um acto de amizade» e de consideração para com o Presidente Ramalho Eanes e o Conselho de Estado das relações luso-cubanas aos mais diversos níveis.

O vice-presidente cubano afirmaria, mais adiante, que ao regressar a Havana o fazia «com a consciência de que o vocação de Cuba e Portugal para a paz, para o esforço internacional de cooperação e amizade entre os povos e o desenvolvimento da soberania, augura relações mais intimas entre os dois países».

Citando, uma vez mais, o Chefe de Estado português, Carlos Rafael Rodriguez recordaria, a propósito das ligações entre os dois povos, que «as diferenças são conjunturais e as semelhanças são permanentes», e referiu, a seguir, alguns dos principais aspectos das conversações realizadas na capital portuguesa, as quais classificou como «um diálogo franco».

Comércio luso-cubano

Num encontro com a imprensa, o conselheiro comercial da Embaixada de Cuba em Lisboa, revelou que o seu país tem intenção de aumentar as suas compras a Portugal e manifestou a esperança de que as relações comerciais entre os dois países «sejam ainda mais frutíferas» durante o corrente ano, como resultado directo da segunda reunião da Comissão Mista Luso-Cubana.

Recorda-se que o primeiro encontro da referida Comissão Mista foi efectuado em Março de 1978, tendo Cuba assinado contratos de importação, para o ano findo, num montante não inferior a três milhões de dólares. Em Dezembro, porém, o valor das nossas vendas àquele país elevou-se a 5,1 milhões de dólares (mais de 220 mil contos), verba superior ao conjunto das exportações portuguesas para Cuba nos anos anteriores.

Ficara também previsto, nessa reunião, que, em 1978, pelo menos três navios cubanos seriam reparados em estaleiros portugueses, mas esse número aumentou para cinco — dois barcos da frota mercante e três de pesca —, correspondendo a um pagamento de cerca de 86 mil contos ao nosso País.

Contudo, no mesmo período as nossas importações de Cuba cifraram-se em 72 mil toneladas de açúcar, no valor aproximado de 480 mil contos, o que permite constatar que o intercâmbio comercial continua a ser deficitário para Portugal.

Por outro lado, e ainda em 1978, deslocaram-se a Cuba representantes de dez empresas portuguesas, que obtiveram várias encomendas, enquanto ascendeu a 15 o número de funcionários cubanos que vieram a Portugal em missões comerciais. ■

RELAÇÕES LUSO- -MOÇAMBICANAS

O general Sousa Meneses, em representação do Presidente da República e do Governo português, chefiou a delegação que se deslocou à República Popular de Moçambique para travar conversações com as autoridades daquele país.



Em declarações prestadas à sua chegada a Lisboa, o general Sousa Meneses, actual director do Instituto de Altos Estudos Militares, esclareceu que esta missão de que foi encarregado — e que classificou como «complexa e delicada» — se destinava fundamentalmente a confirmar a convergência das vontades políticas dos governos de Portugal e de Moçambique a respeito «do primado da via negociada para a resolução dos problemas pendentes e no respeito dos legítimos interesses dos dois povos e Estados».

Sousa Meneses acrescentou que a missão se poderia considerar «completamente realizada e coroada de êxito», pois, segundo sublinhou, «após duas sessões de trabalho com o dr. Marcelino dos Santos, ministro do Plano da República Popular de Moçambique, e duas conversas profundas com o presidente Samora Machel, foi possível não só confirmar tal convergência como estabelecer uma plataforma que assegura o prosseguimento mutuamente desejado de negociações», designadamente sobre os problemas relacionados com a publicação da Lei 5/77 pelo governo moçambicano, diploma cuja aplicação iria pôr em causa os interesses de Portugal naquele Estado africano.

O general Sousa Meneses desmentiria, por outro lado, que estas negociações se tivessem caracterizado, por um «tom de dureza», afirmando, a este propósito: «Quando se discutem assuntos sobre os quais há opiniões divergentes, há controvérsia. Mas isso não significa dureza. Neste caso, antes pelo contrário, o que sentimos foi um clima de respeito, consideração e dignidade pelas nossas pessoas e pela nossa missão».

No final das conversações, segundo disse ainda Sousa Meneses — que nesta deslocação à capital moçambicana foi acompanhado pelo economista Oliveira Marques —, ambas as partes reconheceram a necessidade de serem estabelecidas, durante o corrente ano, plataformas de trabalho que permitam resolver os problemas económicos e financeiros que têm vindo a afectar o normal desenvolvimento das relações luso-moçambicanas.

Doca de pesca do Chiveve construída por empresa portuguesa

Importará em 211 mil contos a doca de pesca do Chiveve, que uma empresa por-

tuguesa está a concluir no porto moçambicano da Beira.

Com o comprimento de 432 metros, a nova doca permitirá o acesso a navios de trinta metros de comprimento e três de calado, e disporá de uma rampa para reparação de barcos e de um guindaste de cinco toneladas para manuseamento de cargas.

Nas proximidades do cais serão instalados frigoríficos e fábricas de gelo e de conservas e ainda fábricas de redes e de outros equipamentos para a pesca.

Foi em 1976 que a Direcção dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes da República Popular de Moçambique adjudicou à empresa portuguesa «Construções Técnicas», com sede em Lisboa, a construção da referida doca de pesca, a qual deveria ficar concluída no prazo de trinta meses.

Participação financeira da Quimigal em empresa têxtil moçambicana

A empresa pública portuguesa Quimigal é a principal accionista da companhia Têxtil do Pungoé, unidade fabril instalada na cintura industrial da Beira e que emprega cerca de 750 trabalhadores. O Banco Totta & Açores e a Companhia de Seguros Império, além de vários particulares, também se encontram entre os accionistas da companhia, criada em 1956, com objectivos agro-pecuários e industriais, e cuja fábrica deverá ser proximamente ampliada, através de um novo investimento.

Actualmente, a Companhia Têxtil do Pungoé tem como metas a produção mensal de 70 toneladas de sacos de ráfia sintética e de 120 toneladas de sacos de juta, com um valor anual de produção que deverá ascender a 59 mil contos. Os sacos produzidos servem para embalar a farinha importada pelo porto da Beira, bem como produtos de exportação (sal, feijão, copra), e são ainda utilizados para a recolha da castanha de cajú e para a distribuição de géneros no mercado moçambicano (batata e citrinos, sobretudo).

Em breve deverão chegar à Beira mais dois engenheiros e um electricista da Quimigal. Entre os dez técnicos portugueses que ali se encontram em actividade contam-se engenheiros, contabilistas, soldados e preparadores de trabalho. Por outro lado, o contrato de assistência técnica existente entre a Quimigal e a Companhia Têxtil do Pungoé prevê que alguns trabalhadores moçambicanos possam efectuar estágios em Portugal. ■

PORTUGAL E GUINÉ- CONACRI ESTABELECEM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Pela primeira vez na história dos dois países, Portugal e a Guiné-Conacri estabeleceram relações diplomáticas a nível de embaixadores. A respectiva declaração conjunta foi assinada, em Lisboa, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes, e pelo embaixador Bocar Barry Biro, enviado especial do presidente Sekou Touré. Falando aos jornalistas, o diplomata guineense admitiu a hipótese de que proximamente se venha a realizar uma reunião de representantes dos dois países com vista à elaboração de acordos comerciais.

Na declaração conjunta, redigida em português e francês, assinala-se que «após a restauração da democracia em Portugal e o acesso à independência da Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, nada mais se opõe ao estabelecimento de relações de amizade e de cooperação frutuosa entre os povos português e guineense».

Dirigindo-se ao embaixador guineense, após a assinatura da declaração conjunta, Paulo Ennes, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, formulou votos de que os laços de carácter comercial e de cooperação entre os dois países «conheçam força nova».

Por seu turno, Barry Biro afirmou que a Guiné-Conacri «aplauiu viva e calorosamente os acontecimentos do 25 de Abril

em Portugal, que criaram novas condições para a aproximação dos povos da Guiné e de Portugal».

A representação portuguesa na capital da República Popular e Revolucionária da Guiné ficará a cargo do nosso embaixador em Bissau, António Pinto da França. O representante da Guiné-Bissau em Lisboa não foi ainda nomeado, de acordo com as informações prestadas por Barry Biro.

«A amizade e a colaboração excluem queixas»

A partir do momento em que se normalizaram as relações diplomáticas entre os dois países, não há limites para a cooperação bilateral, tanto nos sectores comercial e industrial como no da cultura, declarou o embaixador Bocar Barry Biro durante uma conferência de imprensa realizada num hotel de Lisboa.

Aquele diplomata acrescentaria, a propósito, que mesmo antes do estabelecimento formal das relações diplomáticas, já havia contactos entre empresários privados portugueses e o governo de Conacri e que, neste momento, estão em curso outras iniciativas com a mesma finalidade.

Barry Biro afirmou, por outro lado, que «a amizade e a colaboração excluem queixas», respondendo, assim, à pergunta de um jornalista sobre a possibilidade da Guiné-Conacri retirar as queixas que, antes de Abril de 1974, apresentara nas Nações Unidas, contra a política externa de Portugal e relativa, designadamente, à invasão do território guineense por tropas portuguesas estacionadas em Bissau. Este assunto, segundo disse, não foi, aliás, abordado durante os contactos que manteve com as autoridades portuguesas.

Recorda-se que as conversações entre o nosso País e a Guiné-Conacri, com vista à abertura de relações diplomáticas, se iniciaram em 1976, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Dirigidos, nessa altura, pelos representantes dos dois países na ONU, os contactos bilaterais prosseguiram depois em Bissau, entre os embaixadores de Lisboa e de Conacri acreditados junto do governo daquela antiga colónia portuguesa. Pinto da França e Barry Biro encarregaram-se, a partir daí, das diligências necessárias para concretizar aquele objectivo.

Na capital portuguesa, o embaixador Barry Biro conduziu, durante uma semana, as conversações que antecederam a assinatura do comunicado conjunto, marcando o início das relações diplomáticas entre Portugal e a Guiné-Conacri. ■



Bocar Barry Biro
e Paulo Ennes

1979: ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA



O Ano Internacional da Criança, que começou a ser comemorado em todo o mundo no passado mês de Janeiro, nasceu da ideia de um representante das Organizações Não Governamentais para a Infância que, em 1974, a propôs ao Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF). Em Dezembro de 1976, a Assembleia Geral da ONU proclamaria 1979 o Ano Internacional da Criança, decisão que, desde logo, foi apoiada por diversos países, tanto a nível governamental, como por parte de organismos, instituições e entidades particulares. Portugal participa nestas comemorações com um conjunto de iniciativas já programadas e que se estenderão ao longo de todo o ano; delas daremos conta nos próximos números.

As comemorações deste Ano Internacional da Criança irão incentivar o lançamento de acções, de âmbito nacional e internacional, tendentes a melhorar as condições de vida das crianças.

Os princípios que inspiraram a Declaração dos Direitos da Criança são — agora mais do que nunca — um bom motivo de reflexão para todos nós; só através da sua real aplicação, completa e responsável, se poderá atingir aquela que sempre foi a aspiração de todas as sociedades: a felicidade das crianças, de todas as crianças.

Ao assinalar o Ano Internacional da Criança, a Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros distribuiu uma nota, dirigida às crianças portuguesas, na qual, depois de ser citada a Declaração dos Direitos que a seguir transcrevemos, se acentua:

«Estes são os teus direitos. Este é o ano especialmente escolhido para que os comeces a ler ou saber e sobre eles fales com teus pais, teus irmãos, teus professores, teus vizinhos, teus amigos.

São, ainda, os direitos de outras crianças que vivem no teu mundo e não têm amor, nem casa, nem paz, mas têm fome, são exploradas, estão doentes e ninguém cuida delas. Como as vais ajudar?»

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA



Princípio Primeiro — A criança deve usufruir de todos os direitos enunciados na presente declaração. Todas as crianças, sem qualquer excepção, serão credoras de tais direitos, sem distinção ou discriminação baseadas na raça, na cor, no sexo, na religião, nas opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, na origem nacional ou social, na fortuna, no nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito à criança ou a qualquer membro da sua família.

Princípio Segundo — A criança deve beneficiar de protecção e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social, de forma saudável e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na adopção de leis que visem este fim, o interesse superior

da criança deve ser a consideração determinante.

Princípio Terceiro — A criança tem direito, desde o nascimento, a um nome e uma nacionalidade.

Princípio Quarto — A criança deve beneficiar de seguro social. Deve poder crescer e desenvolver-se de uma maneira saudável; com este fim deve ser assegurada, tanto à criança como à mãe, ajuda e protecção especiais, nomeadamente os cuidados pré-natais e pós-natais. A criança tem direito a alimentação, alojamento, diversões e cuidados médicos adequados.

Princípio Quinto — A criança, física, mental ou socialmente diminuída deve receber tratamento, educação e cuidados especiais de que necessitam o seu estado e situação.

Princípio Sexto — A criança, para o desabrochar harmonioso da sua personalidade, tem necessidade de amor e compreensão. Deve, tanto quanto possível, crescer sob vigilância e cuidados dos Pais e, nestes ou noutros casos, numa atmosfera de afeição e de segurança moral e material; a criança de tenra idade não deve, salvo circunstâncias excepcionais, ser separada da mãe. A sociedade e os poderes públicos têm o dever de tomar sob a sua particular protecção, as crianças sem família ou aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável por parte do Estado ou de outras entidades, a ajuda às famílias numerosas por meios de abonos que lhes permitam criar e educar os filhos.

Princípio Sétimo — A criança tem direito a receber uma educação que será gratuita e obrigatória, pelo menos no nível

elementar. Deve beneficiar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade, oportunidades para desenvolver as suas faculdades, o julgamento pessoal, e o sentido das responsabilidades morais e sociais e tornar-se um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o guia daqueles que têm a responsabilidade da sua educação e da sua orientação; esta responsabilidade incumbe em prioridade a seus pais. A criança deve ter todas as possibilidades de se entregar a jogos e actividades recreativas, que devem ser orientadas para os fins visados pela educação; a sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o gozo destes direitos.

Princípio Oitavo — A criança deve, em todas as circunstâncias, estar entre os primeiros a receber protecção e socorros.

Princípio Nono — A criança deve ser protegida contra toda a forma de negligência, de crueldade e de exploração. Não deve ser submetida a tráfico, seja qual for a sua forma. A criança não deve ser admitida num emprego antes de ter atingido a idade mínima apropriada. Não deve, em caso nenhum, ser constrangida ou autorizada a aceitar uma ocupação ou emprego que prejudique a sua saúde ou a sua educação, ou que lhe entrave o desenvolvimento físico, mental ou moral.

Princípio Décimo — A criança deve ser protegida contra as práticas que podem levar à discriminação racial, à discriminação religiosa ou a qualquer outra forma de discriminação. Deve ser educada num espírito de compreensão, de tolerância, e no sentimento que lhe cabe de consagrar a sua energia e talento ao serviço dos seus semelhantes. ■

PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Portugal iniciou, em Janeiro deste ano, o seu primeiro mandato de dois anos como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cargo para o qual foi eleito pela Assembleia Geral da organização em votação realizada em fins do ano passado, conforme foi noticiado no número anterior.

Recorda-se que a candidatura do nosso País, como representante da parte sul do grupo ocidental — a Noruega foi eleita para representar o norte —, registou, ao quinto escrutínio, o apoio de 99 votos, contra 45 para Malta, o outro país candidato ao mesmo lugar. É convicção generalizada, nos círculos diplomáticos, de que Portugal contou, desde o início da votação, com o apoio dos países ocidentais e do leste europeu, a maioria dos latino-americanos e alguns afro-asiáticos. A candidatura portuguesa terá sido depois reforçada com a adesão de alguns países não-alinhados que anteriormente haviam apoiado Malta.

O Conselho de Segurança é agora constituído, no biénio 1979/80, pelos Estados Unidos, União Soviética, República Popular da China, França e Reino Unido — os cinco membros permanentes com direito a veto —, e Bangladesh, Bolívia, Gabão, Jamaica, Koweit, Nigéria, Noruega, Portugal, Checoslováquia e Zâmbia, como membros não permanentes.

O nosso País ocupa o lugar que esteve nos últimos dois anos atribuído à Alemanha Federal, e deverá presidir ao Conselho de Segurança no próximo mês de Novembro.

Segundo declarações do chefe da missão permanente de Portugal junto da ONU, embaixador Vasco Futscher Pereira,



Vasco Futscher Pereira, embaixador de Portugal junto da ONU.

quando da eleição, a verdadeira razão de fundo para o sucesso da candidatura do nosso País tem que ser procurada «na contribuição que Portugal deu, após 1974, para o desenvolvimento da paz, na institucionalização da democracia, na diversificação e alargamento das relações diplomáticas e, ainda (de resto, razão não menos importante), no reconhecimento por parte da comunidade internacional da validade das posições já assumidas pelo nosso País e da certeza que, no futuro, nos manteremos fiéis ao desejo de contribuir para a segurança e paz internacional, afinal os objectivos fundamentais das Nações Unidas, em geral, e do Conselho de Segurança, em particular». «Esta eleição — disse ainda, na ocasião, o embaixador Futscher Pereira

em audiência o ministro dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé e Príncipe, Maria da Graça Amorim, que, durante três anos, foi embaixadora do seu país em Lisboa. O ministro santomense — que aproveitou esta passagem pela capital portuguesa, numa viagem entre a Argélia e S. Tomé, para apresentar cumprimentos ao Presidente Eanes — classificou de «positivos» os resultados das relações de cooperação com o nosso País, desde que aquela antiga colónia portuguesa ascendeu à independência, em Julho de 1975.

Trabalham presentemente na República Democrática de S. Tomé e Príncipe seis dezenas de cooperantes portugueses, na sua maioria professores do Magistério Primário e do ensino secundário, mas as relações de cooperação bilateral não se confinam ao domínio do ensino. Com efeito, técnicos portugueses estão a orientar a modernização do aeroporto de S. Tomé, o que constitui o primeiro passo para a criação de uma carreira dos Transportes Aéreos Portugueses para aquele destino; actualmente, a TAP está a escalar, uma vez por mês, aquele aeroporto, com um voo regular da carreira Lisboa-Luanda. Técnicos e empresas portuguesas participam igualmente na conclusão da estrada da cintura da ilha de S. Tomé e na elaboração de projectos de novos portos naquela ilha e na do Príncipe.

Por outro lado, residem em Portugal cerca de dois mil santomenses, a maioria dos quais são tripulantes da marinha mercante. É também elevado o número de naturais de S. Tomé e Príncipe que frequenta escolas portuguesas.

Os principais parceiros económicos da República Democrática de S. Tomé e Príncipe são, além de Portugal, a Holanda e, desde 1976, os Estados Unidos. Em 1977, o nosso País vendeu 214 mil contos de mercadorias a S. Tomé e Príncipe, contra 113 mil em 1973. As

— deve ser motivo de justificado orgulho para o povo português e de redobrada satisfação para todos aqueles que, constituindo uma verdadeira equipa, contribuíram a todos os níveis para que ela pudesse tornar-se uma realidade».

Além de ser actualmente membro do Conselho de Segurança, Portugal é ainda membro da Comissão dos Direitos do Homem e terminou no ano passado as funções para que havia sido eleito no Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Presidente da República, general Ramalho Eanes recebeu

importações portuguesas desceram, contudo, de 103 mil contos, em 1973, para 88 mil em 1977, pelo que se tem acentuado, nos últimos anos, o saldo favorável a Portugal nas relações comerciais entre os dois países.

DELEGAÇÃO ANGOLANA EFECTUOU CONTACTOS EM LISBOA

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu em audiência o secretário de Estado da Cooperação de Angola, Adolfo Nsikalangu, que se deslocou a Lisboa, chefiando uma missão técnica do seu país que debateu com as autoridades portuguesas o reforço da cooperação bilateral em vários domínios.

Adolfo Nsikalangu declarou aos jornalistas, no final da reunião com o Presidente da República, que esta «missão meramente técnica e de boa vontade» poderá servir de abertura para as próximas negociações a efectuar em Luanda, no âmbito do acordo geral de cooperação assinado em Bissau, no ano passado, pelos presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto. A delegação angolana, que permaneceu em Lisboa durante cinco dias, incluía três elementos do Ministério da Indústria daquele país.

Recorda-se que, apesar de vários adiamentos na aplicação do

referido acordo de cooperação bilateral, o intercâmbio entre os dois países tem conhecido uma progressiva intensificação em vários sectores. Com efeito, após a quebra provocada pela guerra civil e pelo êxodo dos portugueses que viviam naquela antiga colónia, as nossas exportações para Angola registaram um acelerado crescimento nos últimos dois anos, o qual não foi, todavia, acompanhado por um correspondente volume de importações. Daí que tenha sido precisamente com Angola que se observou o maior saldo positivo da balança comercial portuguesa em 1977, resultado que terá sido confirmado em 1978.

No domínio cultural, registou-se também algum incremento. Assim, a República Popular de Angola solicitou, recentemente a Portugal, a cooperação de seis dezenas de professores universitários, pedido que está a ser analisado pelo Ministério da Educação e Investigação Científica, enquanto, e ainda neste âmbito, aumentam as vendas de livros por parte do nosso País.

Entretanto, várias empresas portuguesas estão a participar, em Angola, na elaboração e execução de projectos e obras públicas, designadamente na construção de habitações, pontes, barragens e complexos de irrigação. Por outro lado, intensificou-se a cooperação no sector militar, que inclui a venda de equipamento e a manutenção de aparelhos da Força Aérea angolana.

PORTUGAL E A COLÓMBIA ASSINARAM ACORDO COMERCIAL

A mútua concessão do estatuto de «nação mais favorecida» em matéria de obrigações aduaneiras, foi estabelecida entre Portugal e a Colômbia, através de um acordo comercial assinado por representantes dos dois países, em cerimónia que decorreu no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. O convénio foi subscrito pelo ministro Freitas Cruz e pelo embaixador da Colômbia em Lisboa, Hernando Correa-Cubides. Ao acto esteve também presente o ministro do Comércio e Turismo, Repolho Correia.

Para além da referida concessão, o acordo — com a duração de dois anos e renovável por períodos sucessivos de um ano — inclui diversas cláusulas tendentes à promoção do comércio luso-colombiano, para o que será constituída uma comissão mista.

Portugal pretende alargar as suas exportações para a Colômbia aos domínios da construção e reparação navais, metalomecânica, construção civil e obras públicas. Recordar-se que as relações comerciais entre Portugal e a Colômbia têm valores pouco elevados, verificando-se, nos últimos anos, saldos favoráveis a este país da América Latina. Assim, segundo dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística, Portugal exportou, em 1977, mercadorias no valor de 11,8 mil contos, enquanto que as nossas importações daquela origem atingiram 33,2 mil contos. 1974 foi o ano em que as relações comerciais luso-colombianas assumiram maior importância, tendo o nosso País importado 143,7 mil contos de mercadorias e exportado 43,1 mil contos.

Entre os produtos colombianos que Portugal tem habitualmente importado, figuram o

algodão em rama (29,7 mil contos em 1977), peles e, em pequena quantidade, frutas tropicais. As principais exportações portuguesas para a Colômbia consistem em antibióticos e outros medicamentos (mais de 5 mil contos em 1977), cortiça, papel, conservas de peixe e material de telecomunicações.

O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros anunciou ainda que se encontra em estudo um outro acordo, de âmbito mais vasto, nos domínios da cooperação económica, técnica e científica, o qual irá promover uma estrutura de protecção e enquadramento legal às iniciativas empresariais luso-colombiano.

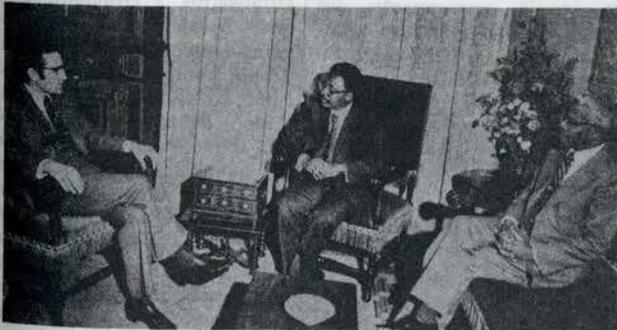
COMÉRCIO LUSO-FINLANDÊS

As trocas comerciais entre Portugal e a Finlândia têm-se caracterizado, de uma maneira geral, por saldos positivos para a balança comercial portuguesa, facto de salientar, já que o comércio do nosso País com o estrangeiro é altamente deficitário no seu contexto global.

No período 1973-77, a balança comercial com a Finlândia apenas foi deficitária em 1976, na ordem dos 492 mil contos, défice correspondente a 737 mil contos de exportações portuguesas, contra 1 milhão e 229 mil contos de fornecimentos finlandeses.

Os referidos saldos positivos de Portugal cifraram-se em 481 mil contos no ano de 1973 (835 mil de exportações e 354 mil de importações), 218 mil contos em 1975 (752 mil de exportações e 534 mil de importações), e 189 mil contos em 1977 (952 mil de exportações e 763 mil de importações).

A tendência positiva para o lado português manteve-se no primeiro semestre de 1978 e cifrou-se num saldo favorável de 95 mil contos, correspondente a 487 mil contos de exportações e 392 mil de importações.



O general Eanes com o secretário de Estado da Cooperação de Angola e o embaixador angolano em Lisboa

TRADUTOR DE CAMÕES VISITOU PORTUGAL

Convidado pela Associação Portuguesa de Escritores e pela Sociedade Portuguesa de Autores, deslocou-se ao nosso País o poeta soviético Wilhelm Levik, tradutor da obra de Camões para a língua russa.

«Goethe diz que para compreender um poeta é necessário conhecer o país e o povo desse poeta», afirmou Wilhelm Levik ao referir-se às razões da sua vinda a Portugal, acrescentando que esta visita lhe iria permitir «compreender Camões» e, simultaneamente, «conhecer melhor as obras de outros escritores e outros poetas portugueses».

«Tive algumas dificuldades iniciais na tradução do grande poeta português. Em 1964, para além da minha preparação linguística inicial, tive aulas de português e comecei a compreender o idioma. Posso ser considerado como o primeiro tradutor de Camões para a língua russa», disse ainda Wilhelm Levik que revelou depois a metodologia que, como tradutor, utiliza, afirmando: «Na minha equipa de trabalho, utilizamos inicialmente textos de tradução literal feita por colaboradores. O meu trabalho envolve a forma e a expressão poética na língua russa, fugindo, logicamente, à tradução literal».

Aquele poeta soviético anunciou, por outro lado, que, com a sua equipa, está a fazer «um trabalho de divulgação da literatura portuguesa» na URSS, trabalho que considerou «apassionante». Neste âmbito, vai designadamente ser traduzida, ainda este ano, a lírica de Camões e no próximo ano deverá ser publicada a tradução integral de «Os Lusíadas» ou um certo número de extractos.

Durante a sua estada em Portugal, Wilhelm Levik — muito conhecido no seu país não só pela sua tradução dos sonetos

de Camões, como pela sua obra de tradução e divulgação de clássicos ingleses, alemães, polacos e espanhóis — foi recebido na Sociedade Portuguesa de Autores, Fundação Gulbenkian, Biblioteca Nacional e Academia das Ciências, tendo contactado diversos escritores, críticos e especialistas camoneanos em Lisboa, Coimbra e Porto.



Em Constância, visitou as ruínas da «Casa de Camões» e foi homenageado com um almoço oferecido pelo presidente da edilidade local, Fernando Morgado.

QUINZENA DE MÚSICA PORTUGUESA NA ROMÊNIA

«A receptividade do povo romeno à música portuguesa foi total, com especial relevância para a "4.ª Sinfonia" de Joly Braga Santos», afirmou o maestro Silva Pereira numa entrevista ao matutino «Diário de Notícias», a propósito da «Quinzena de Música Portuguesa» que se realizou na Roménia, numa iniciativa da Radiodifusão Portuguesa, em colaboração com a Embaixada daquele país em Lisboa.

Esta «Quinzena» contou com a presença de sete artistas portugueses que, dirigidos pelo maestro Silva Pereira, se exibiram em cinco cidades rome-

nas, num total de nove concertos e recitais.

«Não posso deixar de me referir à gravação do disco da "4.ª Sinfonia" de Joly Braga Santos, com a colaboração da Orquestra da Radiotelevisão Romena e do seu coro, constituído por cento e vinte figuras», referiu Silva Pereira que dirigiu essa gravação, a qual será integrada na colecção discográfica organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, «que em boa hora lançou mais uma obra verdadeiramente notável, uma das principais e mais representativas da literatura musical portuguesa».

Prosseguindo as suas declarações, o director musical do Teatro S. Carlos não deixou de sublinhar que na citada «Quinzena» a composição por-



Maestro Silva Pereira

tuguesa esteve representada por obras de «alguns dos mais destacados autores, tais como Bontempo, Luís de Freitas Branco, Lopes Graça, Ruy oelho, Armando José Fernandes e Joly Braga Santos, entre outros». Quanto à representação dos nossos intérpretes e «na impossibilidade de se deslocarem todos quantos a RDP desejaria, ela não deixou, por isso, de estar presente através de alguns dos nomes mais relevantes, como foi o caso de Vasco Barbosa, Nella Maissa e Fernando Serafim», disse ainda Silva Pereira, que acrescentou dever esclarecer que o êxito desta digressão se ficou a dever de igual modo «ao extraordinário guitarrista que é Carlos Paredes e ao fadista Filipe Duarte».

ORQUESTRA GULBENKIAN NA URSS

Registou assinalável êxito a digressão que a Orquestra Gulbenkian efectuou na União Soviética. Os concertos realizados em Leninegrado e em Riga foram referidos com grandes elogios pela imprensa soviética, com destaque para a actuação do violinista Gerardo Ribeiro.

Do programa do concerto de Leninegrado, que decorreu na sala da filarmónica Chostakovitch, fizeram parte sinfonias de Mozart e de Stravinsky, bem como o «Divertimento», de Joly Braga Santos, obra escrita pelo compositor especialmente para esta «tournée» da Orquestra Gulbenkian pela URSS.

O agrado do público manifestou-se através da longa ovacão atribuída aos executantes e ainda de elogiosa referência por parte de Vladimir Ovtcharek, violinista soviético de grande prestígio, que consideraria «excelentes» os músicos portugueses. Por seu lado, Luís Pereira Leal, chefe do Departamento de Música da Fundação Calouste Gulbenkian, ao ser entrevistado em Leninegrado, declararia, a propósito do citado concerto: «Não encontramos ainda em parte alguma participação emocional tão completa dos auditores. Esta é a nossa maior recompensa».

Também o concerto efectuado em Riga teve igual sucesso. Na sala de concertos da Filarmónica da Letónia, onde actuam os agrupamentos musicais estrangeiros, a Orquestra Gulbenkian apresentou um programa integralmente constituído por obras de Mozart, tendo como solista o violinista Gerardo Ribeiro. Comentando esta sessão, — na qual a pedido do público, a orquestra executou dois temas extraprograma —, Ludwig Karlinch, professor do conservatório da Letónia, afirmaria: «Os músicos portugueses tocaram com perfeito sincronismo e demonstraram uma profunda compreensão das obras que executaram».

SEMANA DE CULTURA PORTUGUESA EM FLORENÇA

A «Semana de Cultura Portuguesa», realizada em Florença e inserida no âmbito do acordo cultural luso-italiano, conquistou o público e a crítica, chegando a ser considerada «uma das maiores manifestações culturais levadas a efeito por um país estrangeiro, em Florença».

A iniciativa ficou-se a dever à Embaixada de Portugal em Roma e incluiu uma exposição de gravura portuguesa contemporânea, que ocupou lugar de honra na «IV Bienal de Artes Gráficas» de Florença.

Esta exposição havia já sido anteriormente apresentada em Belgrado, Atenas, Bucareste e Sófia, tendo sido organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian e da Cooperativa «Gravura».

A «Semana de Cultura Portuguesa» integrou, por outro lado, uma importante mostra sobre a «Evolução do azulejo em Portugal desde o século XV ao século XX», que esteve patente na sala de armas do Palácio Vecchio, naquela cidade italiana e que apresentava, entre outras obras consideradas como «de valor incalculável»,



Retrato de Ophélia de Queiroz, a quem Fernando Pessoa dirigiu as suas «Cartas de Amor»

um painel de azulejos com 7 metros de comprimento, representando uma grande vista de Lisboa, obra que foi executada antes do grande terramoto de 1755. A organização desta exposição itinerante — a primeira do género a ser levada ao estrangeiro — pertenceu, fundamentalmente, ao Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa. A mostra irá ser divulgada noutras cidades de Itália e seguirá, proximamente, para outros países.

De destacar, igualmente, a conferência sobre «O azulejo na arte portuguesa», proferida pelo prof. Ricardo Averini — director do Instituto Italiano de

Lisboa — e que foi secundada por uma série de visitas guiadas à exposição atrás referida, a cargo do pintor Rafael Calado, conservador do Museu Nacional de Arte Antiga e um dos melhores especialistas em azulejaria portuguesa. Deverá assinalar-se, também, a conferência que o prof. Pina Martins — director do Centro Cultural Português de Paris da Fundação Gulbenkian — dedicou ao tema «O Renascimento português e a Itália».

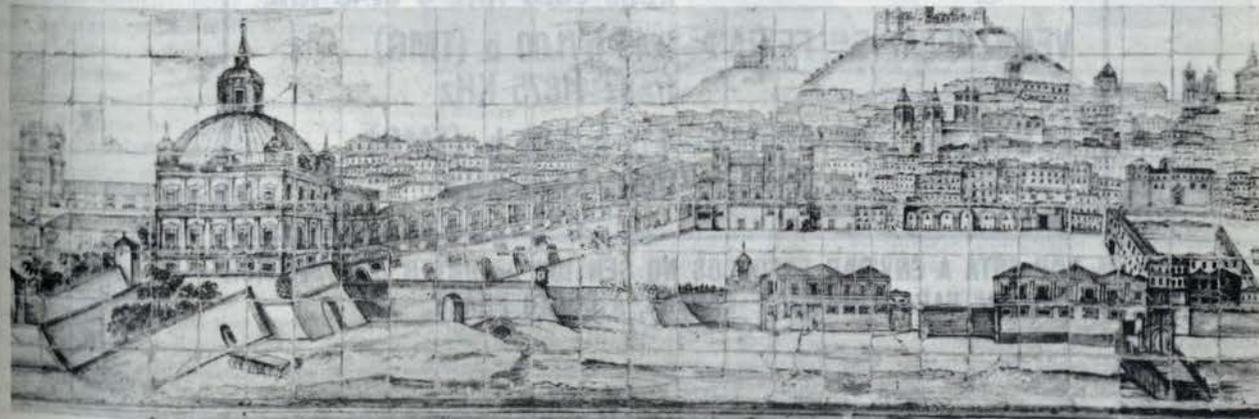
Uma exposição de trabalhos dos artistas plásticos Ângelo de Sousa (4 pinturas, 20 ampliações fotográficas e alguns diapositivos), José Rodrigues

(25 desenhos e 5 esculturas) e Luís Noronha da Costa (6 pinturas sobre tela), esteve patente no salão Brunelleschiano e conquistou numeroso público que manifestou o desejo de ver mais arte portuguesa contemporânea.

Realizou-se ainda um concerto de cravo, de que foi intérprete Cremilde Rosado Fernandes e que teve entre a assistência, um considerável número de estudantes interessados na audição das obras apresentadas (melodias portuguesas do século XVIII).

Por último, deverá registar-se o êxito da retrospectiva dedicada à obra do cineasta Manuel de Oliveira, na qual colaborou o Instituto Português de Cinema. Esta retrospectiva foi concluída com um debate em que, além de Manuel de Oliveira, participaram o realizador António Cunha Teles e vários críticos cinematográficos italianos.

Em simultâneo com esta «Semana de Cultura Portuguesa» em Florença, uma outra manifestação cultural decorreu em Roma, no Instituto Português de Santo António, onde foram divulgadas as «Cartas de Amor de Fernando Pessoa» — até agora inéditas —, a par da realização de uma série de conferências e de um recital de cravo, dedicado, tal como o que decorreu em Florença, a autores portugueses do século XVIII.



Pormenor do painel de azulejos exposto em Florença e que representa uma vista de Lisboa, antes do terramoto de 1755.

PORTUGAL

79

PROGRAMA DE RÁDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO PARA EMIGRANTES

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO PORTUGAL-78-
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

**EUROPA -4.^{AS} FEIRAS -19.15 h /19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz**

**VENEZUELA -5.^{AS} FEIRAS -0.45 h /1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz**

**E. U. A. -4.^{AS} FEIRAS -4.15 h /5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz**

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**

EMIGRANTES PORTUGUESES REGRESSAM DO IRÃO

Regressaram a Lisboa 77 emigrantes portugueses que se encontravam a trabalhar no Irão e se viram forçados a abandonar aquele país devido à deterioração da situação política que, ultimamente, ali se tem verificado.

A maioria destes trabalhadores encontrava-se no Irão com contratos de motoristas, conduzindo grandes camiões, de cerca de 40 toneladas, entre os portos do Golfo Pérsico e a capital iraniana, Teerão, num percurso aproximado de 1.500 quilómetros.

Esta operação de repatriamento foi decidida e executada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros — que para o efeito fretou um aparelho dos TAP —, tendo a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração montado, no aeroporto de Lisboa, um serviço de apoio aos recém-chegados, no sentido de custear as despesas de deslocação dos mesmos para os seus locais de residência — no interior do País e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, de onde alguns eram naturais —, visto os referidos emigrantes terem regressado completamente espoliados dos seus haveres e, na sua maioria, sem mesmo terem recebido o derradeiro salário a que tinham direito.

A operação de repatriamento durou escassas 49 horas, no total, tendo ainda permanecido no Irão entre 150 e 200 portugueses, que se encontram a trabalhar em zonas onde ainda não se haviam verificado distúrbios e cujo regresso foi garantido, em caso de necessidade, pelas empresas estrangeiras que os contrataram.

Pronunciando-se sobre a necessidade deste súbito repatriamento, em declarações à agência Anop, o embaixador de Portugal em Teerão, Francisco Paulo Mendes de Luz, considerou que a situação política irriana era grave, podendo vir a ser posta em causa a segurança dos trabalhadores



Alguns dos trabalhadores portugueses que regressaram do Irão, durante a escala no aeroporto de Bagdad

portugueses. «Quando isso se constatou», disse ainda aquele diplomata, «lancei imediatamente um apelo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que felizmente se concretizou».

No entanto, e de acordo com informações prestadas por alguns dos emigrantes, à sua chegada ao aeroporto da Portela, desde há alguns meses que a apreensão começara a invadir os portugueses que trabalhavam no Irão. Francisco Coelho, um dos entrevistados, afirmou, a tal propósito, que ele e a maioria dos seus co-

legas estavam dispostos a regressar a Portugal «logo que terminasse o contrato de um ano que havíamos assinado, um contrato de muitas promessas que não foram cumpridas». Entre essas «promessas» que não foram concretizadas, poderá salientar-se o caso de vencimentos com dois meses de atraso, para além de não ter sido pago o ordenado de Dezembro a muitos dos trabalhadores agora regressados, sob a alegação de que esse dinheiro se destinava a liquidar as despesas que com eles as empresas haviam efectuado. ■

ÁFRICA DO SUL

«ELO»
UM NOVO
BOLETIM
INFORMATIVO

A dinâmica agremiação «União Cultural, Recreativa e Desportiva Portuguesa», fundada em Joanesburgo a 3 de Março de 1961, lançou recentemente



o primeiro número do seu boletim informativo — intitulado «Elo» —, iniciando, assim, um serviço noticioso periódico sobre as iniciativas que normalmente leva a cabo, não só junto dos seus numerosos associados como para toda a comunidade local. Entre aquelas iniciativas têm especial destaque a prática de diversas modalidades desportivas (sobretudo o basquetebol e o hóquei em patins) e as iniciativas culturais, designadamente no domínio da música, onde se salienta a criação de uma banda e de um grupo coral.

De cuidado aspecto gráfico, este primeiro número do «Elo» traz informações preciosas sobre a larga actividade da agremiação desde a sua fundação, — e que incluiu a criação de infra-estruturas desportivas, com a construção de imponente pavilhão gimno-desportivo —, e

insere ainda a transcrição de uma mesa redonda com os dirigentes das várias modalidades desportivas ali promovidas, um artigo sobre a estada na África do Sul, e a visita efectuada às instalações da agremiação, do deputado do PSD pela emigração, Theodoro da Silva, assim como uma mensagem do presidente da UCRDP, Rodolfo Miranda, onde se faz um apelo aos associados e à comunidade em geral, para que «a união de esforços e intenções» seja a nota dominante na ultrapassagem do seu actual impasse, de modo a que os objectivos a realizar continuem a ser «obras de interesse comunitário e público».

BRASIL

INAUGURAÇÃO
DO PROGRAMA DE TV
«PORTUCALISSIMO»

O Canal 4 da estação de televisão «TV-Guajará», de Belém do Pará, inaugurou o programa «Portucalissimo», uma nova produção que vai para o ar todos os sábados das 19 às 20 horas (TMG).

Trata-se de uma emissão a cores, composta de uma parte musical, noticiário, promoção ao turismo português e, finalmente, passagem de filmes sobre Portugal e suas diversas regiões, com obras cedidas especialmente para o efeito pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e pela Delegação de Turismo de Portugal no Brasil.

CASA DO MINHO

A Casa do Minho promoveu recentemente uma «Noite da Espadela» que reuniu a sua larga massa de associados em sugestiva festa. Recordamos que a espadela é instrumento para bater o linho e limpá-lo dos tomentos, sendo vulgar que a operação que se destina — ou destinava — a espadelar o linho seja executada nos longos serões invernosos. A réplica do

espadelar do linho foi executada por algumas das componentes do grupo folclórico «Maria da Fonte» que, assim, deram um exemplo vivo de como perduram no seio das comunidades portuguesas algumas das tradições populares do trabalho, oriundas nomeadamente, do meio rural minhoto. Esta singela mas significativa demonstração de autêntico amor por toda uma tradição de longas gerações, a que se seguiu o fiar do linho e algumas danças regionais, vem assinalar, a nosso ver, uma actividade que seria bom incentivar entre as diversas comunidades espalhadas pelo mundo, e que permitiria incentivar, de forma mais viva e actuante, a integração das crianças portuguesas, filhas dos trabalhadores ali residentes, em idade escolar, na aprendizagem da língua e cultura dos seus pais.

PRESIDENTE EANES
RECEBEU
JOVENS MINHOTAS
RESIDENTES NOS EUA

Em audiência realizada no Palácio de Belém, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu duas irmãs minhotas, naturais de Vila Cova (Barcelos) e residentes, desde há três anos, em Nova Jersey (EUA).

As duas jovens, Maria do Carmo Boucinho, de 18 anos, e Júlia Boucinho, de 16 anos, foram eleitas, respectivamente, «rainha» e «princesa» das Festas das Vindimas que, anualmente, são realizadas na cidade americana de Elisabeth pela associação local dos Amigos da Freguesia de S. João de Areias. Maria do Carmo e Júlia foram eleitas entre as 17 concorrentes que se apresentaram a concurso, tendo-lhes sido atribuído como prémio, além dos troféus que receberam, uma viagem a Portugal.

Falando aos jornalistas após a audiência concedida pelo Presidente da República, as duas

irmãs classificaram aquele encontro como «agradável» e «diferente».

Maria do Carmo e Júlia foram depois obsequiadas com um almoço de homenagem, promovido pela Casa do Minho e que decorreu num restaurante da capital, tendo, a seguir, visitado Lisboa e arredores num automóvel que, para o efeito, o Presidente da República lhes colocou à disposição.

As duas irmãs regressaram já aos Estados Unidos, onde Maria do Carmo Boucinho vai prosseguir os seus estudos secundários e Júlia Boucinho continuará o seu trabalho profissional numa fábrica de material electrónico.

CONCURSO
«CONHECER MELHOR
PORTUGAL»

O mensário «O Salto» organizou recentemente um concurso denominado «Conhecer Melhor Portugal», que contou com o apoio da TAP e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração e cujo primeiro prépio consistia numa viagem a Portugal, com estada de uma semana no Minho. No sorteio, efectuado em Lisboa, foi contemplada Mariília Dias Frazão que, acompanhada de seu marido, visitou locais de interesse histórico-turístico e complexos agro-pecuários e industriais da região minhota, segundo um programa elaborado de comum acordo entre as três entidades intervenientes nesta iniciativa.

De acordo com o citado periódico, e como nota curiosa, salienta-se o facto de, embora a França ter sido o país europeu que maior número de participantes ofereceu ao concurso, se terem registado numerosos cupões enviados dos EUA, Canadá, América do Sul, Austrália e África do Sul, atestando que concursos deste tipo interessam particularmente todas as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

«SAGRES» PROSEGUE VOLTA AO MUNDO E CONTACTA COMUNIDADES PORTUGUESAS

Sete meses depois de terem deixado o porto de Lisboa para iniciar uma volta ao Mundo, os 180 tripulantes do navio-escola «Sagres», da Armada portuguesa, continuam a cumprir a sua missão de «embaixadores itinerantes», tendo recentemente contactado com

portugueses residentes na Califórnia no sentido de que uma unidade da nossa Armada estivesse presente nas comemorações do festival «Cabrillo», realizado anualmente em San Diego.

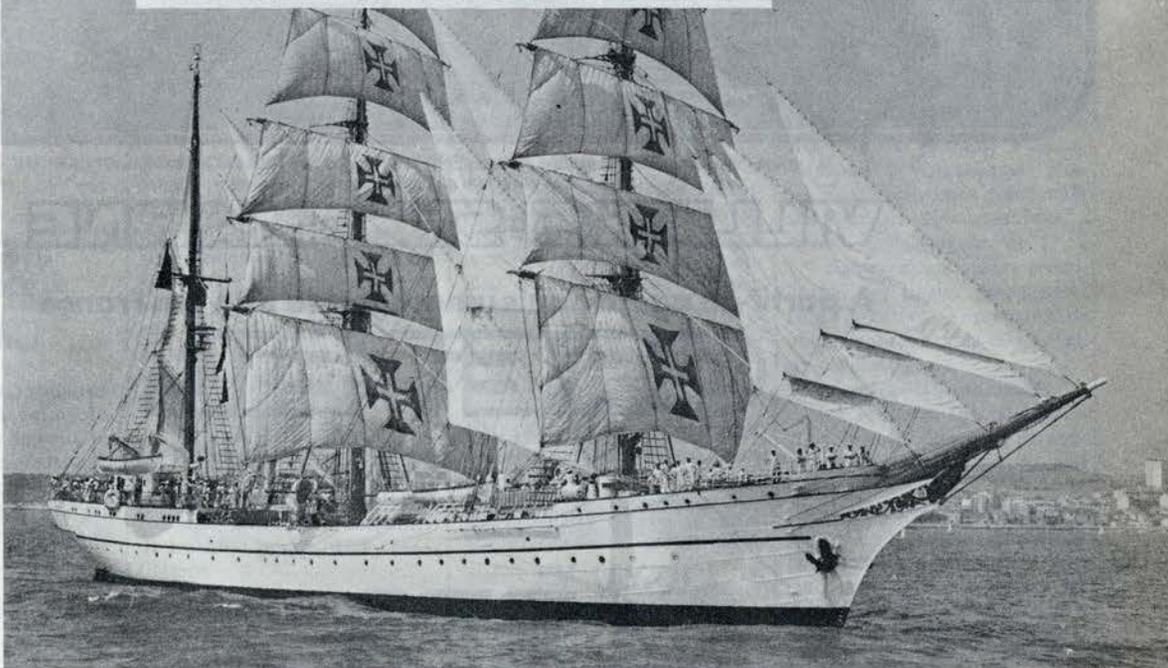
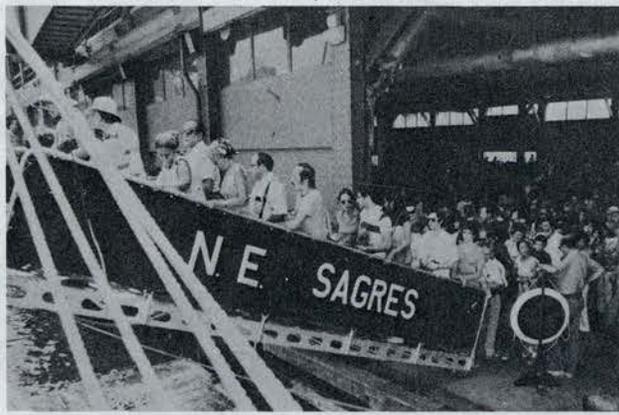
A viagem tem constituído um êxito, já que era seu principal objectivo contactar povos com

conforme declarou o comandante do navio, capitão de fragata Martins e Silva.

Depois de visitar Tóquio e Nagasáqui, no Japão, a «Sagres» seguiu para Macau, de onde depois partiu para Hong-Kong. Em Macau, o comandante do navio-escola manifestou à Anop a sua convicção de

gnificativas que a «Sagres» recebeu, como, por exemplo, as dispensadas pelas comunidades portuguesas de S. Francisco, Vancouver, Honolulu, Hawai e outras que acarinham os tripulantes «como se fossem seus filhos».

Martins e Silva afirmou ainda que, mesmo no Japão, a recepção dispensada à «Sagres» excedeu todas as expectativas. Referindo-se, por outro lado, às dificuldades surgidas durante a viagem, aquele oficial considerou que a tripulação tem reagido de forma extraordinária e nem mesmo os 12 dias de forte



O navio-escola «Sagres»; em cima, visitantes sobem a bordo do veleiro

as comunidades portuguesas residentes em Macau e Hong-Kong, duas das escalas programadas para esta longa viagem de circum-navegação.

O programa desta viagem da «Sagres» foi, aliás, estabelecido na sequência de um pedido dos

os quais Portugal tem boas relações, bem como algumas das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo e, tanto num caso como no outro, a recepção tem sido «extraordinária»,

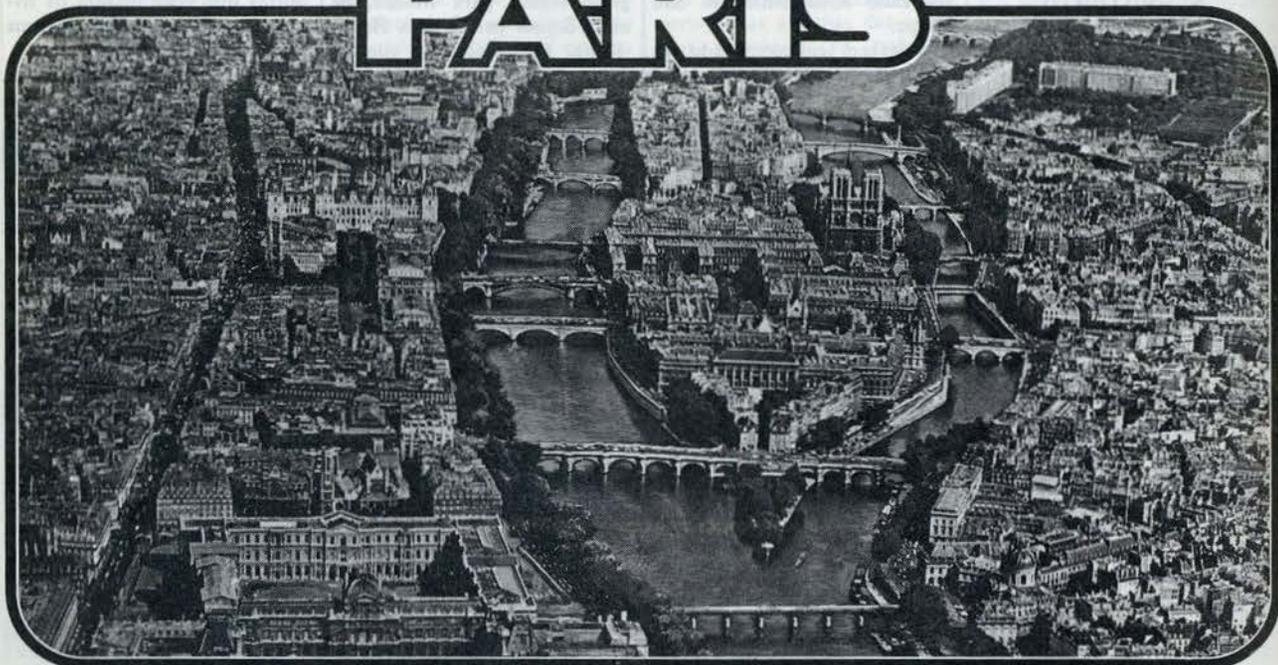
que esta viagem tem sido «muito útil». «Somos uma verdadeira amostra do povo de Portugal», disse, a propósito, Martins e Silva, que recordou algumas das recepções mais si-

tempestade sofridos entre Vancouver e Honolulu ou o ciclone que fustigou o navio junto à costa mexicana conseguiram alterar o ânimo ou perturbar o trabalho normal dos tripulantes.

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Ópera), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899-2176

FRANÇA

ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA
E CULTURAL
DE FONTENAY-
SOUS-BOIS

Esta associação, fundada há exactamente um ano e meio, tem vindo a desenvolver uma notável série de iniciativas que visam a promoção da comunidade portuguesa residente na região.

Assim, entre as várias actividades realizadas, destacamos os chamados «Ateliers de Formação», que constam de aulas gratuitas, dadas em regime nocturno, sobre electricidade, costura e bordados portugueses. A esta curiosa iniciativa juntam-se aulas de português para trabalhadores, o funcionamento de um grupo de teatro amador e do rancho folclórico denominado «Aldeias de Portugal», composto actualmente por 50 membros, para além da publicação de um jornal associativo cujo nome é «Nós, os emigrantes».

PAGAMENTO
DAS DESPESAS
DE DOENÇA

Regra geral, o pagamento de despesas médicas ou farmacêuticas do trabalhador inscrito na segurança social francesa, não pode ser realizado senão 15 dias após a entrega da primeira folha de declaração da doença.

No entanto, as Caixas de Previdência deste país estão a tentar abrandar o rigor desta regra. Assim, cada segurado pode obter um pagamento mais rápido das referidas despesas, desde que se apresente pessoalmente para o efeito na Caixa de que depende.

Para que tal pagamento se possa processar, deve o segurado levar consigo a respectiva



Organizado pelo «Massachusetts Institute of Technology» (MIT), com a cooperação do «Center for European Studies», de Harvard, e o apoio do Instituto Português de Cinema, decorreu em Massachusetts e, mais tarde, no «Pacific Film Archive» de Berkeley, na Califórnia, um seminário dedicado ao filme português, durante o qual foram exibidas as obras «A Revolução de Maio», de António Lopes Ribeiro, «Maria Papoila», de Leitão de Barros, «Chaimite», de Jorge Brum do Canto, «Deus, Pátria, Autoridade», de Rui Simões, «Brandos Costumes», de Alberto Seixas Santos, e «Trás-os-Montes», de António Reis e Margarida Martins Cordeiro.

Entre os objectivos desta manifestação cultural, a mais importante promovida nos EUA sobre cinema português, esteve a intenção de proporcionar a cineastas estudantes e, em particular, à larga comunidade portuguesa, o conhecimento de filmes que, em diferentes períodos das últimas décadas, revelaram algo da história e do desenvolvimento da nossa sociedade.

declaração de doença devidamente preenchida e assinada e a correspondente receita médica, não se esquecendo de colar as estampilhas («vignettes») necessárias; finalmente, deverão ainda ser entregues os documentos justificativos da qualidade de inscrito na segurança social, isto é, as folhas de pagamento do salário (recibos).

Quanto às indemnizações diárias, estas só poderão ser pagas sob a apresentação de certificado passado pela entidade patronal, atestando a suspensão de trabalho por parte do beneficiário.

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
CULTURAL
DE VALENTON

Iniciou a sua actividade recentemente, um grupo folclórico desta Associação, em festa organizada propositadamente

para o efeito e na qual, além de um representante da Embaixada de Portugal em França, do presidente e do conselheiro cultural do município de Valenton, estiveram presentes cerca de 600 pessoas que aplaudiram com entusiasmo a actuação do grupo. Como factor de relevo, é de notar que este agrupamento folclórico é o primeiro que em França se apresenta com os trajes típicos da Nazaré.

HOLANDA

UM CENTRO
PORTUGUÊS
EM ZAANDAM

Há cinco anos, na pequena cidade holandesa de Zaadam foi criada, por um grupo de portugueses ali residentes, uma agremiação, designada então por «Casa Portuguesa de Zaadam».

A história desta agremiação regista dinâmica actividade e muita força de vontade dos associados e da sua direcção, numa cidade onde não existem mais de 40 famílias portuguesas. Assim, fruto do trabalho colectivo e da compreensão de todos, este Centro — como agora é denominado — conseguiu realizar um pequeno (grande) sonho: contar com dois professores, vindos de Portugal, que administram o ensino da língua-pátria às crianças. Por outro lado, formou-se um grupo folclórico infantil e organizou-se uma biblioteca, uma equipa de futebol e um conjunto musical.

INGLATERRA

AULAS
DE PORTUGUÊS
EM LONDRES

Estão a decorrer as aulas de português em sete escolas londrinas dos bairros de Camden, Town, Baker Street, Portobello Road (duas escolas), Fulham, Vauxhall e Whitechapel. Nestes estabelecimentos funcionam um total de 25 cursos para o ensino do português, da 1.ª à 6.ª classes e um curso secundário de língua portuguesa, cujo objectivo é preparar os alunos para o exame «O» Level, na escola inglesa.

O ensino do português na capital britânica foi, pois, substancialmente alargado e diversificado em relação ao do ano lectivo anterior.

Estas informações foram publicadas na última edição do boletim «Luta Comum», editado em Londres e que, a tal propósito, acrescenta que todos os que, na Grã-Bretanha, pretendam recolher informações sobre assuntos relacionados com o ensino do português e educação em geral, devem marcar entrevistas pelo telefone (01)235-6216/7/8, às quartas-feiras (das 11 h. às 14 h.) e às quintas-feiras (das 11 h. às 16 h.).

Reside em França,
Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Inglaterra
ou na Suíça?

VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA



EDIÇÃO—EUROPA

ENVIE O SEU PEDIDO PARA: REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»
Serviço de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal
6, Passage Dombasle—75015—Paris—FRANÇA

EM LETRA BEM LEGÍVEL, INDIQUE:

NOME	_____
IDADE	_____
PROFISSÃO	_____
MORADA	_____
LOCALIDADE	_____
PAÍS	_____

JUNTE A IMPORTÂNCIA DA ASSINATURA EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PASSADOS EM NOME DE EMBAIXADA DE PORTUGAL—REVISTA «25 DE ABRIL»

PREÇO DAS ASSINATURAS (12 NÚMEROS/VIA AEREA)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.B.
Holanda	20 Fis.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros países (excluindo Portugal e Espanha) o correspondente em moeda local a	400\$00

«Tomo a liberdade de vos escrever a fim de assinalar o que me parece ser uma injustiça no vosso número 9, de Outubro, que li recentemente, a propósito da exposição «PORTUGAL» no Museu das Crianças, integrada no Museu de Arte Moderna da Cidade de Paris.

Achei o vosso artigo bem feito e explicando bastante bem o que foi a exposição, mas não estou de acordo com o parágrafo seguinte: «A concepção e realização deste certame esteve a cargo do arquitecto francês Thierry Villette assistido por Alain Brinou e Jean-Pierre Renouard com a colaboração de um grupo de estudantes da Escola Superior de Arquitectura de Paris». Do modo como apresentam as coisas o leitor compreenderá que toda a exposição esteve a cargo das três pessoas citadas e da Escola de Arquitectura de Paris. Ora, os alunos da dita escola e os arquitectos citados realizaram a arquitectura interior (bem feita e desmontável) da exposição, mas a realização geral, a concepção do conjunto da exposição, os contactos com as diversas autoridades francesas e portuguesas, as viagens, a animação geral durante os sete meses que a exposição durou, etc. estiveram somente a cargo da equipe do Museu das Crianças (Catherine Huber, Dominique Trochel, Marie Mathelin, Marie Luc, Li Brisson), com a minha colaboração no que diz respeito à animação audio-visual e sobretudo à documentação e ao catálogo. Ora nenhum de nós é citado no vosso artigo. Ou não se cita ninguém, o que é conforme à nossa modéstia habitual, ou citam-se todos, começando pelos verdadeiros responsáveis e aqueles que mais fizeram pelo sucesso da exposição «Portugal» e desse mesmo modo pela valorização da cultura portuguesa e das crianças portuguesas nas escolas francesas.

Estou certo que saberão rectificar num próximo número e documentar-se também (Relations Publiques du Musée des Enfants, Marie Mathelin) a fim de indicar para onde a exposição vai viajar e desse modo onde outras crianças portuguesas (e francesas, claro) a podem visitar (e colaborar nos seus «ateliers») (...)

PIERRE LEGLISE-COSTA

(Professeur de Portugais dans l'enseignement secondaire français; Chargé de Cours à Paris XIII-Université; vice-présidente de l'A.D.E.P.B.A.).

Com a publicação desta carta, fica feita a devida rectificação à referida notícia. Efectivamente, e devido a um lapso, não incluímos Pierre Léglise-Costa entre os responsáveis pela exposição «Portugal», apesar do seu nome ser mencionado no «Dossier-Catálogo» — embora apenas na qualidade de colaborador na elaboração dos textos-fichas dessa publicação — distribuído no certame, e no qual nos baseámos para redigir a notícia.

O «Dossier-Catálogo» não mencionava, por outro lado, os nomes dos membros da equipa de animação do Museu das Crianças — nomes que Pierre Léglise-Costa agora revela —, pelo que, antes, não os referimos.

Logo que obtemos as informações necessárias e já solidificadas, anunciaremos o roteiro e o calendário de digressão, em França, da exposição «Portugal».

«Estou a pagar (350\$00 por mês) de renda de uma casa em Portugal. Este ano fui lá passar férias e pagar ao senhorio. Mas ele não me queria aceitar o dinheiro porque era pouco, queria que eu lhe desse mais. Eu disse-lhe que sim, que dava, se ele fizesse obras na casa,

porque as merece. Ele disse que não fazia tal, e eu então paguei o mesmo. Mas a partir de Janeiro tenho de pagar mais. Agradecia que me informassem se ele tem o direito de me aumentar a renda. Falou-me também de eu ter a casa fechada durante o ano, mas eu tenho lá

família que vai abrir as portas quase todas as semanas. Então também desejava saber se o senhorio tem o direito de me pôr fora por ter a casa fechada.

J. A. V. (França)»

Nos termos do artigo 1093.º n.º 1, alínea i) do Código Civil, o senhorio pode resolver o contrato de arrendamento (isto é, obter o despejo da casa) se o arrendatário conservar o prédio desabitado por mais de um ano, consecutivamente, ou, sendo o prédio destinado a habitação, não tiver nele residência permanente, habite ou não outra casa, própria ou alheia.

2. O arrendatário (o senhor) pode evitar a acção de despejo se, na sua ausência, permanecerem no prédio os seus familiares, o que não acontece no seu caso, pois o facto de ter lá familiares que lhe abrem as portas, em nada obsta a que o senhorio lhe ponha uma acção de despejo, alegando a sua não residência permanente.

Assim, sugerimos-lhe que chegue a um acordo com o senhorio no sentido de evitar a referida acção.

3. No tocante ao aumento da renda, informa-se que actualmente se encontram suspensas, em todo o País, as avaliações fiscais para o efeito de actualização das mesmas em prédios destinados a habitação, pelo que, só mediante acordo é que é possível verificar-se um aumento de renda.

«Um vizinho meu resolveu vender o prédio, o qual tem um muro que é metade meu e metade dele, e passa durante o ano (umas 3 ou 4 vezes) água para dois bocados de terreno que são meus, para regar o quintal desse mesmo prédio. Esse vizinho disse-me que o prédio era para vender, que ia à praça, mas que eu era o primeiro a ser ouvido. Disse-me isto no ano de 1977. Eu sempre confiei nele, mas agora diz-me que o prédio já está vendido. Tenho ou não direito ao prédio? Sou obrigado

a deixar passar a água para o outro inquilino?

A. R. C. (Alemanha)»

Os proprietários de terrenos confinantes, de área inferior à unidade de cultura, gozam reciprocamente do direito de preferência no caso de venda de qualquer dos prédios a quem não seja proprietário confinante.

Não gozam do direito de preferência os proprietários de terrenos confinantes, quando algum dos terrenos constitua parte componente de um prédio urbano ou se destine a algum fim que não seja a cultura, ou quando a venda abranja um conjunto de prédios que, embora dispersos, formem uma exploração agrícola de tipo familiar. Também o proprietário de prédio onerado com uma servidão legal de passagem, tem direito de preferência, no caso de venda do prédio que beneficia daquela servidão.

Porém, e considerando os elementos indicados na sua carta, poderá concluir-se que, no caso concreto, os terrenos constituem parte componente de prédios urbanos e a servidão em causa é uma servidão de passagem para o aproveitamento de águas e não uma servidão de passagem, pelo que não terá direito de preferência na venda do prédio propriedade do seu vizinho.

No tocante a passagem de águas pelos terrenos da sua propriedade, esclarece-se que, quando para gastos domésticos os proprietários não tenham acesso às fontes, poços e reservatórios públicos destinados a esse uso, bem como às correntes de domínio público, podem ser constituídas servidões de passagem para o aproveitamento de água (através de terrenos alheios, no caso, os seus terrenos).

De notar, todavia, que estas servidões só serão constituídas depois de se verificar que os proprietários que as reclamam não podem obter água suficiente de outra proveniência, sem excessivo incómodo ou dispêndio.

Circuito de Cinema da SENE



«Gente do Norte», de Leonel Brito (1976)



«As Horas de Maria», de António de Macedo (1976)



«A Confederação», de Luis Galvão Teles (1976)



«Colônias e Vilões», de Leonel Brito (1976)

ÚLTIMAS PRODUÇÕES ADQUIRIDAS PELA S.E.N.E.E.

a) Curtas metragens:

«Brasil»
20 min. a cor
Realização: Jorge Cabral (1978)
Tema: visita do P.R. ao Brasil

«Venezuela»
20 min. a cor
Realização: Jorge Cabral (1978)
Tema: visita do P.R. à Venezuela

«Madeira — A Terra e o Homem»
20 min. a cor
Realização: António de Sousa (1977/78)
Tema: Cultural

b) Médias metragens:

«Festa, Trabalho e Pão em Grijó da Parada»

35 min. a cor e p.b.
Realização: M. Costa e Silva (1972)
Tema: Etnográfico

«A Alimentação Racional»
22 min. a cor
Realização: Francisco Saalfeld (1977/78)
Tema: Didáctico:

c) Longas metragens:

1 — De ficção:

«As Horas de Maria»
A cor
Realização: António de Macedo (1976)

«A Confederação»
A cor
Realização: Luis Galvão Teles (1976)

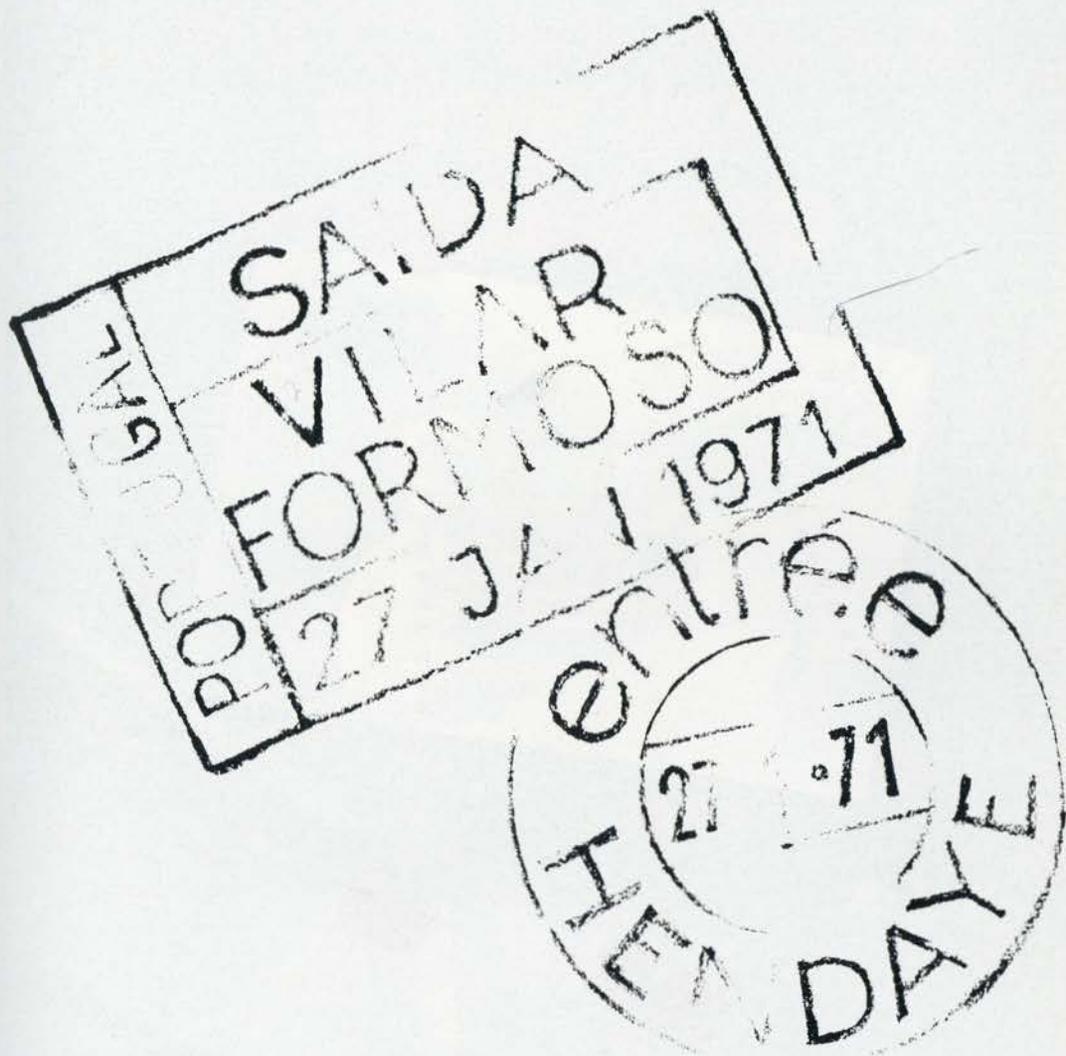
2 — Documentais:
«Colônia e Vilões»
A cor
Realização: Leonel Brito (1977)

«Cavalcada segundo S. João, o Baptista»
A cor
Realização: João Matos Silva (1976)

«Gente do Norte ou História da Vilarica»
A cor
Realização: Leonel Brito (1976)

COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES

também passámos a fronteira



**a império a maior companhia de seguros
portuguesa hà sete anos em França**

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.

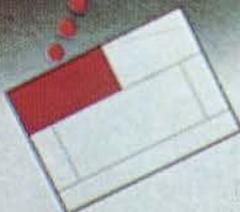


AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

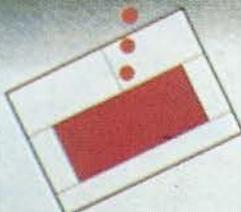
105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18

Escreva assim OS SEUS envelopes



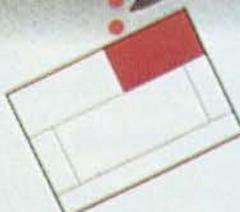
remetente

Escreva aqui a sua morada completa. Não se esqueça de pôr o seu **CODIGO POSTAL** na última linha.



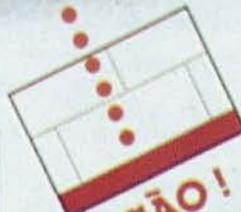
endereço

Escreva aqui o seu endereço: o nome da pessoa a quem quer escrever, a morada completa e **na última linha o CODIGO POSTAL respectivo** (quatro algarismos e o nome de uma localidade, **sem pontos, nem traços separadores**).



selos

Este espaço é reservado aos selos.



ATENÇÃO!
NÃO
ESCREVA NADA
NESTA ZONA

As máquinas de tratamento de correspondência precisam de a encontrar limpa.

meio caminho andado

